

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

ANDRÉIA APARECIDA GRANDI DELPHINO

ESCRavidÃO E RESISTÊNCIA: A CONDIÇÃO ESCRAVA/FEMININA NO  
BRASIL OITOCENTISTA

NATAL-RN  
2007

ANDRÉIA APARECIDA GRANDI DELPHINO

ESCRavidÃO E RESISTÊNCIA: A CONdiÇÃO ESCRAVA/FEMININA NO  
BRASIL OITOCENTISTA

Monografia apresentada a disciplina  
Pesquisa Histórica II, do curso de  
História da Universidade Federal do  
Rio Grande do Norte, sob orientação  
da Professora Doutora Maria Emilia  
Monteiro Porto.

NATAL-RN  
2007

ANDRÉIA APARECIDA GRANDI DELPHINO

ESCRavidÃO E RESISTÊNCIA: A CONdiÇÃO ESCRAVA/FEMININA NO  
BRASIL OITOCENTISTA

Monografia apresentada a disciplina  
Pesquisa Histórica II, do curso de  
História da Universidade Federal do  
Rio Grande do Norte, sob orientação  
da Professora Doutora Maria Emília  
Monteiro Porto.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Maria Emília Monteiro Porto (orientadora)

---

Professora Francisca Aurinete Girão Barreto

---

Professor Luís Eduardo Brandão Suassuna

---

NATAL-RN  
2007

## INTRODUÇÃO

A escravidão é, em sua essência, ruptura e desenraizamento cultural sendo, pois, um sistema incompatível com tradições e neutralizador de costumes étnicos e de heranças ancestrais, lendárias. Como regime forçado de trabalho, a escravidão implicava a ruptura com o meio social, com a religião dos ancestrais, da tribo, da vida gregária e da própria parentela de sangue. A escrava africana no Brasil não vivia no seu dia-a-dia os papéis prescritos e herdados pelos costumes de sua linhagem e tradição, e sim um processo brutal de aculturação, que implicava no aprendizado de novos ofícios e a improvisação de todos os laços sociais primários de comunidade.<sup>1</sup>

O sistema escravista encontrava ainda respaldo ideológico na Igreja católica, que via as mulheres como indivíduos que deveriam ser submissos, pois eram inferiores. Se tal visão da mulher como um todo era veiculada dessa forma, a visão sobre a mulher escrava era ainda mais severa. Associada ao pecado, era acusada de viver na luxúria, na lascívia: ser manceba, amásia ou concubina de um homem casado era considerado gravíssimo<sup>2</sup> e a punição mais corriqueira era a expulsão da acusada para fora do núcleo social no qual estava inserida. Por sua própria essência, a escravidão foi um espaço privilegiado de concubinatos onde a exploração sexual e a coisificação do corpo da escrava eram levadas as últimas conseqüências, na medida em que os senhores acreditavam ter o direito de estender seu domínio até a posse sexual.<sup>3</sup> Submetidas a tal condição, onde viam-se reduzidas a coisas, objetos do interesse de outrem, privadas de todos os direitos civis e humanitários, as escravas africanas e suas descendentes trouxeram uma inegável contribuição para a cultura brasileira.

Sob a perspectiva do direito, as leis brasileiras permitiam ao senhor, na sua condição de proprietário, castigar seus escravos, na sua condição de propriedade particular, sempre que lhes aprouvesse. O fato de serem mulheres não as livrou dos

---

<sup>1</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.p.159.

<sup>2</sup> Como sugere Maria Odila Dias: “ Parte dos preconceitos que as desclassificavam socialmente provinham de valores machistas, misóginos, entranhados no sistema escravista (...) também as afetavam os preconceitos advindos da organização da família e do sistema de herança das classes dominantes, que as relegavam como excedentes sociais, mães solteiras e concubinas, parte integrante do próprio sistema de dominação.” In: p.Ibidem, p.16

<sup>3</sup> DEL PRIORE, Mary. **Mulheres no Brasil colonial**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 26.

severos castigos, sempre que suas atitudes eram consideradas inconvenientes, perturbadoras ou danosas para seus senhores e para a sociedade como um todo, como observou Mott: “Recebiam palmatoadas (...) eram colocadas no tronco, tinham partes do corpo mutiladas, eram marcadas á ferro incandescente e açoitadas sendo muitas vezes torturadas até a morte.”<sup>4</sup>

Habitadas ao trabalho agrícola na África (em algumas regiões a presença das mulheres em contrapartida era mais ostensiva no comércio), aqui chegando as mulheres escravizadas foram empregadas em menor número no cultivo da terra e ficaram, em algumas propriedades, com o trabalho que se considerava mais “leve”, como semear, tirar ervas daninhas, e catar larvas. Os instrumentos de trabalho, a exemplo dos homens eram a foice e a enxada. No entanto, nos lugares onde os desmatamentos demandavam o machado se empregava majoritariamente homens assim como para o corte da cana, quando então as mulheres faziam os feixes. A habilidade manual feminina fazia com que as escravas fossem preferidas na colheita do café.<sup>5</sup>

Nos engenhos eram as mulheres que colocavam a cana na moenda e retiravam seus bagaços. Consistia numa atividade muito perigosa, na medida em que trabalhavam arduamente, na maioria das vezes sem condições ideais de repouso, elas poderiam cair no sono ou coisa parecida, podendo então ter suas mãos presas ou decepadas. Nesse contexto, Mott nos lança a seguinte pergunta: “Será que a escolha de mulheres para este serviço não estaria relacionada ao seu menor valor.?”

Esta divisão sexual do trabalho, porém, só se fazia sentir efetivamente nas grandes propriedades, as grandes *plantations* da monocultura (primeiro do açúcar, depois do café) exportadora, onde os grandes senhores tinham capital suficiente para adquirir a mão de obra necessária que às vezes chegava às centenas de escravos. Os pequenos proprietários e os mais pobres, por sua vez, utilizavam suas escravas em todas as tarefas, mesmo nas consideradas mais pesadas como o desmatamento e o corte da lenha.

As escravas domésticas das casas ricas desfrutavam de melhor moradia já que nem sempre ficavam nas senzalas, tinham acesso a uma alimentação diferenciada, vestiam-se

---

<sup>4</sup> MOTT, Maria Lúcia de Barros. *Submissão e resistência*, p. 26.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 20-21.

melhor, aprendiam mais facilmente um ofício e até mesmo, raramente, a ler e escrever (o que era proibido). Também tinham mais chances que os demais escravos de saber o que estava ocorrendo fora dos limites da casa, do engenho ou fazenda, devido ao fato de escutarem as conversas de seus senhores e de servirem aos hóspedes e visitantes, obtendo dessa forma informações nada desprezíveis na hora de comprar a alforria ou se arriscar numa fuga. Para Mott a revelia dessas vantagens não estava a salvo de outros infortúnios, sendo a que mais estava suscetível a cooptação da ideologia senhorial e a sua violência sexual.

Nas cidades, além do serviço doméstico, estas escravas executavam uma outra jornada de trabalho fora de casa, pois alugavam seus serviços para terceiros; faziam serviços diversos como lavar roupa, faxinar ou mesmo prostituir-se. Ou então, e principalmente vendiam todo tipo de mercadorias, arranjando desta forma o necessário para a subsistência. Senhoras e escravas acabavam muitas vezes por compartilhar uma vida de pobreza que beirava a miséria.<sup>6</sup>

Há de se notar que o fato de morarem em cidades contribuiu decisivamente para uma relativa, porém maior, mobilidade física e até mesmo social para estas escravas. Contribuía para isso o fato de que muitas delas moravam longe de suas proprietárias em quartos alugados com seus filhos, netos, e às vezes, com seus companheiros. Consequentemente acabaram por conquistar respeito e espaço entre outros negros fossem escravos ou libertos atuando de duas maneiras: contribuindo para a preservação da cultura ancestral em comunidades (irmandades), bem como intermediando contatos entre escravos e libertos fugidos, conspiradores, fornecendo lhes alimento, informações e às vezes até dinheiro e armas, além de venderem o produto dos seus roubos e trabalho.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> Como analisou Maria Odila Dias ao refletir sobre a escravidão nas cidades: “a crise estrutural de **em pobrecimento das pequenas proprietárias de escravos**, que parecia datar da urbanização incipiente [de São Paulo] já se delineava claramente na década de 1830. In: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**, p. 143. Grifo nosso.

<sup>7</sup> Como demonstrou Mott ao referi-se ao papel destas ambulantes: “Sua luta contra a escravidão foi além do empenho hercúleo para obter a própria alforria, e a de seus parentes e amigos. Participaram de revoltas e insurreições; deram guarida para escravos fugidos; estiveram na campanha abolicionista e, principalmente; deram assistência religiosa e amparo aos menos favorecidos. Guardaram a sete chaves os preceitos da seita perseguida pela polícia; compartilharam com todas as alegrias das festas, o samba raiado, as rodas de batuque.” In: MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Submissão e resistência**, p. 39.

No entanto, apesar da historiografia clássica concluir que todo esse controle opressivo levou a formas irremediáveis de submissão, há uma indicação resultante das releituras das fontes combinadas com novas perspectivas teóricas que levam a outra consideração: a de que houve várias formas de resistência.

A resistência da mulher escravizada é tão antiga quanto a de seus companheiros, elas nunca foram totalmente submissas, pois desenvolveram diversas formas de se opor ao poder senhorial. As escravas muitas vezes praticam o aborto, dentre outras razões para que seus filhos não nascessem cativos e conseqüentemente dar mais um escravo ao senhor. Elas teriam usado da sexualidade, do corpo, como forma de rebeldia. Nas palavras de Mott: “A sedução do senhor teria sido utilizada na luta particular entre a senhora e a escrava, como para obter alguns benefícios imediatos: melhor alimentação, vestimenta, dinheiro, favores para os filhos e até mesmo a alforria.”<sup>8</sup>

O suicídio foi uma das estratégias mais comuns de fuga da situação de opressão e desalento em que se sentiam essas escravas. O suicídio assim como o aborto e o infanticídio era também uma forma de lesar o senhor, causando-lhe o prejuízo material e retornando para a “mãe África”, para onde muitos dos grupos étnicos africanos no Brasil escravizados, pensavam que voltariam após a morte. Para os grandes proprietários a perda poderia ser facilmente substituída, para os pequenos, porém, podia ser um verdadeiro desastre, tendo em vista o gradual e constante encarecimento da mão de obra escrava. Quando de fato decidia a morrer, elas utilizavam-se frequentemente de métodos como: envenenamento, afogamento, asfixia estrangulamento.<sup>9</sup>

A resistência das escravas se dava tanto no campo do privado, da intimidade familiar ou sexual, quanto na esfera do público: nas câmaras, nas ruas, na igreja. Neste último caso a palavra falada, tendo em vista serem em sua ampla maioria analfabetas, convertia-se em principal veículo da negociação, reivindicação, de protesto contra sua condição: praguejando, reclamando, mal dizendo, difamando. Enquanto que no primeiro caso, a principal “arma” da escrava, sua “mercadoria de troca” era única e simplesmente seu corpo: posse do Senhor do ponto de vista simbólico (o que era certamente psicologicamente angustiante para essas mulheres), o que não significa que do ponto de

---

<sup>8</sup> MOTT, Maria Lúcia de Barros. *Submissão e resistência*, p.31.

<sup>9</sup> *Ibidem*.

vista da vida prática do dia-a-dia, estas escravas não conseguissem subverter ao menos em parte sua inferioridade social, tornando-se a senhora dos desejos de muitos senhores, seduzindo-os sexualmente para angariar qual tipo de concessão ou melhoria.

Daí a idéia que o estudo de seu cotidiano pode revelar um sem número de improvisações de práticas e representações que lhes permitiram encontrar verdadeiras “brechas” dentro da estrutura moral e jurídica do sistema escravocrata e patriarcal abrindo possibilidades de ascensão econômica, social e até mesmo moral destas mulheres, o que é bem significativo dado trata-se de uma estrutura rigidamente centralizada e hierarquizada, o que significa ressaltar seu papel enquanto sujeitos ativos do processo histórico do qual foram por tanto tempo alijadas.

Assim, o campo da vida privada e doméstica, bem como as brechas que permitiam a essas escravas transitarem pelo espaço público, converte-se em palco privilegiado de um violento e desigual processo de luta pela apropriação do corpo de mulheres negras na medida em que seus brancos senhores tentaram sempre dispor arbitrariamente de seus corpos. Processo este que, essas mulheres, tentaram subverter das mais variadas, criativas e inusitadas formas. Retiradas de seu nicho, seu habitat, sua organização social, vivendo a experiência da captura, escravização, transporte através do mar e o conseqüente desenraizamento. em suma, do seu mundo, essas mulheres escravizadas viram-se atemorizadas diante de uma nova condição a qual estavam submetidas após a captura, condição esta que muitas vezes nem sequer compreendiam plenamente. Sem conseguirem definir seu espaço social, sentiam-se niveladas pelo captores aos demais cativos, oriundos de outras tribos, praticantes de outras religiões, conhecedores de outras línguas, vindos de outras realidades. Nem por isso se identificavam com outros cativos: sentiam-se soltas no mundo, perdidas, sem raízes.<sup>10</sup>

Neste contexto de opressão, perguntamos: a mulher escrava era realmente tão submissa quanto se insistiu em afirmar por cronistas e diversos estudiosos do período? Quais eram as estratégias de sobrevivência e resistência diante do sistema escravista onde a escrava era não só propriedade material do senhor, estando até mesmo suas vontades e desejos submetidos á deste último?

---

<sup>10</sup> PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 36.



Do ponto de vista teórico, este trabalho nos remete ao campo da história social que, conforme demonstrado por José D'Assunção Barros foi uma categoria que se desenvolveu no seio da historiografia por ocasião do surgimento da Escola dos Annales. Seu surgimento está relacionado à necessidade de renovação no campo da história, que se via criticada no campo da ciência devido à prerrogativa do enfoque na história política acontecimental, a renovação da história guiou-se no sentido de priorizar o econômico e o social.

A história social é uma sub-especialidade entre outras, tal como proposto pela Escola dos Annales quando do seu surgimento em 1929 com o lançamento da revista: "Annales de história econômica e social". Seu enfoque desviou-se das clássicas abordagens que primavam pelos grandes personagens e grandes acontecimentos, priorizando os modos e mecanismos de organização social, as classes sociais e outros tipos de agrupamentos, as relações sociais (entre grupos e de indivíduos no seu interior), e os processos de transformação da sociedade.<sup>11</sup>

Os campos de interesse da história social correspondem às classes e grupos sociais, os sistemas que estruturam as diferenças e desigualdades, as formas de sociabilidade. Em um caso estudam-se fatias de sociedade ou os subconjuntos internos à sociedade; em outros casos estudam-se elementos específicos e transversais que parecem atravessar a sociedade por inteiro, os mecanismos de organização social e os sistemas de exclusão, atravessam a sociedade como um todo.<sup>12</sup>

A história social foi vinculada por alguns pensadores e historiadores a uma história total encarregada de realizar uma grande síntese de dimensões e enfoques pertinentes ao estudo de uma determinada formação social. Dentre os estudiosos do campo da história social, nos serve de modelo e inspiração neste ensaio: E.P. Thompson, que partiu de obras dos anos cinquenta e sessenta, de Georges Rudé e Charles Tilly entre outros que analisaram a composição social das massas. De acordo com sua ênfase sobre o poder da cultura, Thompson deu mais atenção aos aspectos ritualizados e teatrais das ações das massas, enquanto expressão cultural e comunitária. Focalizou

---

<sup>11</sup> BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 113.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 110.

basicamente os significados, as motivações e os meios de legitimação da ação coletiva violenta.<sup>13</sup>

Com isso, sob o ponto de vista social, entendemos que estudar o papel da mulher escrava no Brasil significa lançar uma nova luz sobre uma temática que embora longamente discutida, foi geralmente abordada do ponto de vista de estereótipos clássicos, dando-nos uma enfadada ilusão de imobilidade, passividade e conformismo, enfatizando a submissão aos senhores.<sup>14</sup> Assim, entendemos que a temática mostra-se pertinente para a nossa contemporaneidade, na medida em que vem se ampliando o espaço das mulheres (negras também) na nossa sociedade, o que implica numa revisão dos valores ditos femininos, da condição da mulher e da própria relação entre os sexos.

O interesse por este estudo, do ponto de vista acadêmico, se conecta com as reviravoltas teóricas das últimas décadas, favorecendo na historiografia a abordagem de uma história social das mulheres, pois a historiografia tem se voltado para a memória dos grupos marginalizados do poder, sendo, segundo Maria Odila Dias, o cotidiano espaço privilegiado para a revisão dessas posições: “o estudo do cotidiano dos escravos vem desvendando uma experiência cumulativa de improvisação, aculturação e resistência ao poder, que é nova e vem transformar a historiografia social da escravidão.”<sup>15</sup>

Trata-se, portanto, de proceder <sup>À</sup> um esforço de reconstrução de papéis sociais das mulheres escravas no sentido de tentar estabelecer mediações que nos possibilitem reintegrá-las na globalidade do processo histórico (no qual efetivamente estiveram) do seu tempo. O que, seguindo o modelo de Maria Odila Dias representa:

Um modo promissor de lutar contra o plano dos mitos, normas e esteriótipos. O seu modo peculiar de inserção no processo social pode ser captado por meio da reconstrução global das relações sociais como um todo. (...) mediações sociais continuamente improvisadas no processo global de tensões e

<sup>13</sup> HUNT, Lynn. (Org). **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 64.

<sup>14</sup> Como denunciou Mott: “Resgata-se o homem escravo como sujeito. A mulher permanece como mercadoria, na maioria das vezes como objeto sexual [apenas]” In: MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Submissão e resistência**, p.42.

<sup>15</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**, p. 15.

conflitos , que compõem a organização das relações de produção, o sistema de dominação e de estruturação do poder.<sup>16</sup>

Assim, nesse estudo nos propomos a elucidar um aspecto do sistema escravista e patriarcal brasileiro: a condição da mulher escrava fosse ela cristã ou pagã, submissa ou rebelde, africana ou mulata.

Nossa abordagem se dirige ao processo de aculturação em que esse contingente de mulheres acabou por se integrar tendo como critério de análise as estratégias de sobrevivência e resistência da mulher escrava, no Brasil do século XIX. Nosso ponto de observação ou recorte temporal é o período compreendido entre 1830 a 1850, momento em que, de acordo com a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias, foram recrutadas para o trabalho uma maioria de escravas recém vindas da África<sup>17</sup> em um contexto de crescente urbanização e modernização da sociedade brasileira.

Nessa perspectiva, a intenção desse estudo é entender as relações entre escravas e senhores no Brasil do século XIX, no sentido de problematizar tais relações. Nossa análise se dirige às estratégias de sobrevivência e resistência da mulher escrava no Brasil do século XIX em suas tentativas de se oporem ao regime de opressão senhorial, buscando demonstrar quais eram essas estratégias e o quão inusitados poderiam ser muitos dos recursos por elas utilizados, À revelia de toda vigilância e coação psicológica e física a que estavam submetidas.

Para tanto, no propomos a analisar a estrutura e funcionamento do sistema patriarcal e escravocrata brasileiro e delimitar a condição da escrava neste contexto. As obrigações, tarefas, alimentação, situação de higiene, possibilidade de mobilidade, existência de relativa autonomia e espaço na sociedade. Além disso, efetuaremos um balanço da historiografia sobre o período e o tema, no intuito de entender sua condição de submissão e insubmissão social. Finalmente, buscamos entender também de que forma no domínio da vida doméstica acontecia um complexo jogo de sedução, sexo e poder, envolvendo a partir de desiguais condições sócio-jurídicas senhores e escravas, nos levando a relativizar á questão sobre dominadores e dominadas.

---

<sup>16</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, p.13.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 157.

Nesta perspectiva, a título de hipóteses, entendemos que o funcionamento do sistema patriarcal e escravocrata brasileiro esteve associado ao desenvolvimento do capitalismo europeu em escala global, processo iniciado no século XVI e que, em meados do século XIX encontrava-se num processo de expansão pelo mundo promovendo uma integração econômica através do avanço tecnológico (a navegação a vapor seria o maior exemplo disto). Neste sentido, pressupomos que o avanço pode ter permitido um aumento no volume do tráfico negreiro, na mesma medida em que aumentava o comércio e conseqüentemente, a demanda de matérias primas e produtos tropicais na Europa, incentivando a aumento da lavoura cafeeira no Brasil, assim como foi essa mesma conjuntura que deu toque de finados neste mercado, causando seu declínio com a lei Euzébio de Queiroz em 1850. Propomos-nos aqui a entender o funcionamento do sistema escravocrata brasileiro, suas dinâmicas e contradições, inserindo-o num contexto maior do qual recebe uma influência que chega até as elites brasileiras e determina sua problemática relação com os escravos, muito especialmente as escravas.

As escravas viviam num meio social hostil e repleto de códigos e signos de segregação e coerção, refinados por restrições morais e religiosas que deram ao sistema escravocrata sua legitimidade. O que pressupomos através da pesquisa, a partir da consulta e análise de significativa bibliografia é que as escravas não eram totalmente submissas, elas desenvolviam diversas formas de se opor ao poder senhorial. Como o aborto, para que seus filhos não nascessem escravos, para não dar mais um cativo ao senhor. Que as interrupções constantes no trabalho por fuga, sabotagem, etc causavam sérios prejuízos aos seus proprietários. Neste sentido, estas interrupções podem ter contribuído para que se difundisse uma imagem de que os negros eram preguiçosos, relaxados e bobos, um estereotipo do qual com certeza se valeram as escravas, para desestimular a continuidade da escravidão, incentivando a propagação da mão de obra livre.

No cotidiano rotineiro que vai da casa -grande á senzala supomos que o complexo sistema de sociabilidade em que o corpo funcionava ao mesmo tempo como “meio” e “fim”, desenvolveu-se uma dinâmica de socialização única, que permitiu o questionamento das rígidas hierarquias de poder do sistema estabelecido: ou seja, trata-se de uma luta desigual entre mulheres escravas e senhores brancos no interesse da

apropriação dos corpos das escravas que tanto buscaram resguardar-se desse tirânico jugo, como tentaram valer-se do corpo para conquistar favores e privilégios, constituindo assim uma dinâmica social para além da simplicidade dicotômica de opressores e oprimidas. É nesta perspectiva que pretendemos apresentar a escrava enquanto sujeito histórico ativo. Inserido de forma dinâmica, mesmo que de maneira desigual, na conjuntura de lutas sociais que constituem a realidade da sociedade patriarcal e escravocrata brasileira em meados do século XIX, deixando de lado a visão de que foram meros objetos sexuais, desprovidos de humanidade e vontade próprias. E ressaltando a idéia de que muitas vezes conseguiram “virar o jogo”, convertendo o corpo numa poderosa arma de “dominação” sobre o dominador.

Essa pesquisa toma essa bibliografia como referência no intuito de apropriar-se de conceitos pertinentes para a compreensão da realidade social na qual se insere a mulher escrava no Brasil Oitocentista. A bibliografia que trata especificamente do tema da escravidão no Brasil nos servirá como fonte secundária, tendo em vista a abrangência do tema que acabou por tornar nosso acesso direto às fontes primárias um tanto quanto distantes (geralmente, no centro sul, Salvador e Recife). Assim, podemos afirmar tratar-se de um trabalho essencialmente bibliográfico.

Por fim, nos dispomos a estabelecer um breve comentário a respeito da discussão estabelecida nas páginas que se seguem. No primeiro capítulo intitulado “Capitalismo e globalização: da casa grande á senzala um retrato do sistema escravocrata brasileiro” buscamos contextualizar a temática, realizando uma descrição fidedigna das características que definiram a forma do escravismo brasileiro. Situando o desenvolvimento deste último ao avanço do capitalismo europeu no período pós Revolução Industrial, o contexto da independência que trouxe uma liberdade extremamente relativa, já que foi a da minoria branca, não dissolvendo mais reforçando muitos dos laços de dominação econômica e social já em voga desde os tempos coloniais. Já nos tempos do primeiro império tomava forma á estrutura da nossa sociedade escravocrata e patriarcal buscaremos entender de que forma o jovem país tentou resolver questões seculares como, por exemplo, a problemática do tráfico negro.

No segundo capítulo chamado “Submissão e rebeldia: a mulher escrava para além do bem e do mal”, discutimos a condição da mulher escrava no sistema da escravidão, relativizando seu papel nesse contexto. Ou seja: trata-se de um esforço de historicidade que busca resgatar o papel destas mulheres enquanto sujeitos históricos dotados de vontades e paixões e que, conseqüentemente, reagiram de forma muito diversificada a opressão em que viviam, umas buscando adaptar-se ao sistema da forma mais cômoda possível para si mesmas, outras buscando reagir e destruir- o sistema, dentro do alcance de suas possibilidades, atentando para a forma como essas atitudes foram vistas tanto na época, quanto pela historiografia sobre o período.

No terceiro e último capítulo chamado “Sexo e poder: a mulher escrava no cotidiano imperial” discutimos como, do ponto de vista da vida doméstica e cotidiana se desenrolou uma verdadeira batalha por espaço e poder, envolvendo mulheres escravas e senhores brancos, e que teve o corpo como meio e fim, o que significou uma verdadeira coisificação do corpo humano, conseqüência medonha do sistema da escravidão, buscando entender como nesta perspectiva, puderam essas mulheres deixar sua marca na história estabelecendo uma luta contra o sistema de opressão no qual viviam. É esta a discussão que será apresentada nas páginas que se seguem.

## CAPITULO I

### Capitalismo e globalização: da “casa-grande a senzala” um retrato do sistema escravocrata brasileiro.

Para uma boa compreensão da realidade do cotidiano das escravas no Brasil Imperial, necessariamente se coloca o imperativo de uma boa compreensão do funcionamento do sistema como um todo, o que implica, por sua vez, inserir o sistema escravocrata e patriarcal brasileiro no cenário maior do qual ele é produto e produtor. Afinal, o sistema da escravidão é incompatível com o capitalismo industrial de meados do século XIX. Porém, foi uma das molas mestras do capitalismo mercantil, ou pré-capitalismo, favorecendo a acumulação primitiva de capital nas mãos da burguesia mercantil, maior financiadora e credora do tráfico negreiro.

Nossa intenção aqui é situar o sistema econômico-político da escravidão brasileira em relação ao capitalismo europeu, que por sua vez passava por drásticos processos de mudança com a Revolução Industrial inglesa e a Revolução Francesa, que haviam colocado em xeque as estruturas sob as quais repousava a sociedade de então. Como essas mudanças serão aqui sentidas, influenciando os rumos da nossa política e de nossa atitude moral em relação à escravidão é o que nos interessa neste capítulo. Levamos ainda em conta a transferência da corte portuguesa para o Brasil, momento de grande impacto das mudanças ocorridas no velho continente sobre a condição da colônia e a independência, quando uma minoria branca “local” assume o controle do país e o insere na gama das relações políticas internacionais como Estado soberano, chegando até a crise “externa” do sistema, dado que foram as pressões britânicas<sup>18</sup> que mais influenciaram o governo brasileiro nesta fase em relação a escravidão, culminando com a abolição do tráfico negreiro, pela lei Eusébio de Queirós de 1850.

Assim, nos propomos aqui a entender de que forma os senhores brasileiros lidaram com o complexo processo de mudanças, resguardando sua posição e preservando a escravidão, que sucumbia a passos rápidos no restante do continente, a revelia de todas

---

<sup>18</sup> Como muito bem observou Tomislav Femenick: “Causas externas iniciaram um processo que iria abalar o comércio de importação de escravos da África para o Brasil. Em 1807, mesmo antes de trasladar a corte lusitana para a América, a Inglaterra iniciou um trabalho de pressão sobre Dom João, tentando abolir o tráfico negreiro para o Brasil. In: FEMENICK, Tomislav, R. *Os escravos: da escravidão Antiga a escravidão Moderna*. São Paulo: Cena Um, 2003. p. 328.

as pressões diplomáticas inglesas, além dos protestos morais sobre a dignidade humana, internos ou externos. Dessa forma, buscaremos aqui elucidar a condição do escravo, muito especialmente da escrava, em relação a um sistema de opressão que transcendia as fronteiras do Brasil, passando pelas decisões das cabeças coroadas européias e pelo inferno do tráfico negreiro.

Em fins do século XVIII, a Europa convulsionava diante das agitações políticas da Revolução Francesa, além de se assombrar com as inovações técnicas possibilitadas pela Revolução Industrial inglesa. Paralelamente, o sistema escravocrata brasileiro repousado na grande *plantation*, experimentava um momento de peculiar impulso. Com o declínio definitivo da atividade mineradora as autoridades coloniais finalmente voltaram-se para a *plantation*<sup>19</sup> como fonte de riqueza, como bem apontou Robin Blackburn, ao referir-se em conjunto ao Brasil e a Cuba no período em questão:

Durante o período que vai de 1790 a 1840, um sistema novo e mais dinâmico de *plantation* escravista se consolidaria nesses dois territórios. Embora a escravidão tivesse existido no Brasil e em Cuba quase desde a aurora da conquista ibérica, seu desenvolvimento subsequente fora condicionado pelo mercantilismo colonialista de Estados absolutistas com sede de metais preciosos. Os impérios ibéricos esperavam que suas colônias dessem lucro e viam o ouro ou a prata como os produtos mais aceitáveis e necessários do empreendimento colonial, conferindo posição secundária aos produtos das *plantations*. No Brasil, a produção de ouro caiu vertiginosamente depois de 1760 (...) Uma nova geração de funcionalismo colonial “esclarecido” entendeu que a escravidão das *plantations* poderia produzir lucros tão grandes ou maiores quanto os das minas de prata ou ouro.<sup>20</sup>

Não é a toa que foi nesse período que se observou o maior fluxo de escravos africanos para o Brasil (bem como para a América como um todo), já que da segunda metade do século XVIII até a abolição definitiva do tráfico negreiro em 1850 chegaram ao Brasil mais africanos do que em todo o período anterior (dois séculos e meio). Alguns fatores foram decisivos para esse aumento: a nascente industrialização européia

<sup>19</sup> Como muito bem observou Jaime Pinsky: “Não se deve, contudo, perder de vista, que a razão de ser da escravidão e sua persistência têm a ver com sua vinculação á forma de organização de produção da grande lavoura de exportação.” In: PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 26-28.

<sup>20</sup> BLACKBURN, Robin. **A queda do escravismo colonial: 1776-1848**. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 416-417.



incentivava um aumento da produção dos gêneros tropicais cultivados nas colônias (açúcar, café, algodão, tabaco entre outros), dada a maior demanda do mercado europeu. Esta demanda era atendida graças aos avanços técnicos na navegação e no transporte em geral<sup>21</sup>, bem como nas técnicas de guerra que permitiram maior sucesso nas empreitadas dos traficantes de escravos que abasteciam as sedentas de mão-de-obra, *plantations* coloniais.

No caso do Brasil, estas circunstâncias foram reforçadas também pelas conturbações políticas no velho continente que acabaram forçando a transferência da família real portuguesa e seu aparato administrativo para o Brasil, o que fez aumentar a demanda por escravos especialmente na capital. Fatores como os enumerados foram decisivos para o que o período fosse marcado pelo significativo número de mais de dois milhões de escravos traficados da África para o Brasil como apontou Jaime Pisky:

Os dados revelam um crescimento praticamente contínuo do número de negros escravizados trazidos ao Brasil. Observe-se uma estabilidade bastante grande no século XVIII e um crescimento considerável no século XIX; em cinquenta anos desse século foram trazidos mais escravos que em todo o século anterior.<sup>22</sup>

Enquanto vigorou o sistema do “exclusivo metropolitano” só navios portugueses podiam atracar nos portos do Brasil, realizando seu comércio, seja transportando as mercadorias aqui produzidas para reexportação na Europa, seja abastecendo a colônia de gêneros alimentícios, vestuário, artigos de luxo e, principalmente, escravos. Em 1808, como consequência do avanço do poder napoleônico na Europa, a corte real portuguesa transferiu-se para o Rio de Janeiro, nova capital do império colonial português. Nesta nova condição, foi proclamada pelo príncipe regente Dom João a abertura dos portos brasileiros às “nações amigas”, além de serem revogadas todas as proibições contra a industrialização no Brasil e ser construída uma grande infraestrutura urbana que permitisse ao Rio de Janeiro funcionar como uma “metrópole europeia nos trópicos”. Nesta perspectiva, a demanda por escravos cresceu enormemente na capital (como em outros pontos do país mais especialmente na capital) como apontou Femenick:

---

<sup>21</sup> Como observou Eric Hobsbawm: “A tecnologia tornou possível a abertura de áreas geograficamente remotas ou inacessíveis.” In: HOBSBAWM, Eric. J. *A era do capital: 1848-1875*. São Paulo: Paz e Terra, 2001. p. 245.

<sup>22</sup> PISKY, Jaime. *A escravidão no Brasil*, p. 40.

Nos anos que antecederam a chegada da corte, isto é, de 1800 a 1808, o Rio de Janeiro importava por ano uma média de aproximadamente 9.649 escravos negros; montante este que quase duplicou nos anos seguintes, ou seja, de 1809 a 1821, quando atingiu a casa de 18.781 africanos.<sup>23</sup>

Portanto, no começo do século XIX o comércio de escravos, que havia declinado com a decadência da cana-de-açúcar e da mineração, ganhou novo e decisivo impulso, e não pararia de “progredir” até seu fim em 1850. O tráfico de escravos não se subordinava às considerações de natureza moral ou humanitária; ignorando tais idéias submetia os indivíduos a um violento processo de desenraizamento com as suas origens e degradação total de sua condição humana. Os escravos faziam a travessia do Atlântico empilhados, amontoados nus uns sobre os outros, num espaço fechado sem ventilação nem iluminação, sem as mais básicas condições de higiene.<sup>24</sup>

Defecando, urinando e vomitando uns sobre os outros, os indivíduos em tais condições morriam em consequência das epidemias disseminadas em tais ambientes insalubres. Os que escapavam á morte, estavam traumatizados pelas humilhações e desrespeito sofridos situando-se, assim, a beira da ruína psicológica. Desnutridos, doentes e traumatizados: era assim que chegavam aos portos do Brasil a grande maioria dos escravos africanos, onde lhes aguardavam a sorte incógnita reservada a todos os cativos: benevolência ou crueldade, ser tratado como pessoa ou como coisa, só dependeria, a partir de então, da vontade de outras pessoas, os senhores de escravos.

Além disso, os escravos aqui chegados tinham dificuldade de estabelecer laços de fraternidade até mesmo entre si, principalmente por que tinham origens étnicas, sociais e culturais distintas na África, sendo aqui reduzidos e nivelados numa mesma condição que, mesmo que degradante, não era motivo por si só para uma identificação e

<sup>23</sup> FEMENICK Tomislav, R. *Os escravos*, p. 331.

<sup>24</sup> Pinsky, assim descreveu a travessia: “A fome, a sujeira, o desconforto e a morte eram companheiros de viagem dos negros. O número de escravos por navio era... o máximo possível. Uns quinhentos numa caravela, setecentos num navio maior – cerca de mil toneladas – iniciavam a viagem que demorava de 35 a cinquenta dias a partir de Angola até Recife, Bahia ou Rio de Janeiro, numa viagem normal. Calmarias ou correntes adversas podiam prolongar a travessia até cinco ou seis meses, tornando mais dantescas as cenas de homens, mulheres e crianças espremidos uns contra os outros, vomitando e defecando frequentemente em seus lugares, numa atmosfera de horror que o calor e o mau cheiro se encarregavam de extremar.” In: PISNKY, Jaime. *A escravidão no Brasil*, p. 37.

solidariedade imediata entre eles.<sup>25</sup> Uma das múltiplas estratégias das quais se valeram os senhores de escravos no sentido de desorientá-los, desarticulá-los era não permitir qualquer tipo de organização política que pudesse ser o foco de algum movimento reivindicatório ou emancipatório. Em suma: mais uma violência psicológica, um processo de fragmentação planejada das etnias causando-lhes, por conseguinte, sua alienação cultural e facilitando, dessa forma, a dominação como nos mostra Pinsky:

**A multiplicidade de etnias e clãs era decorrente não apenas do processo de apresamento do negro que, variava com o tempo; decorria também do interesse que os senhores tinham em ter escravos de diferentes origens; isso a seu ver, representaria diversificação de hábitos, língua e religião, dificultando a integração da população escrava e o surgimento de qualquer espécie de organização entre eles.**<sup>26</sup>

Dissolvidos os laços primários de comunidade, coagidos psicologicamente e fragilizados fisicamente, reduzidos a uma condição social degradante (principalmente se levarmos em consideração que muitos dos cativos trazidos da África para o Brasil eram, em suas terras de origem, indivíduos de origem nobre, até mesmo príncipes), os escravos ainda tinham que lidar com a rotina dos maus tratos físicos. Punições extremamente severas faziam parte do cotidiano dos cativos e, mesmo que uma legislação e o censo de “obrigação cristã” ainda “velassem” por eles, seus agressores (os senhores que muitas vezes chegavam até o limite de comportamentos sádicos e psicóticos) na grande maioria das vezes escapavam sem maiores complicações à qualquer acusação de causar a morte de forma acidental ou premeditada dos seus escravos a revelia dos, às vezes sinceros, esforços da polícia em lhes dar tratamento “justo”, como apontou Mary Karasch ao discutir o terrível caso da parda Emerenciana:

Muitos casos documentados de donos que castigavam tão severamente seus escravos que eles morriam. Os registros policiais do período são uma excelente fonte sobre senhores que eram suspeitos, mas frequentemente não condenados, de torturar e matar seus escravos. (...) há um caso bem documentado do

<sup>25</sup> Como apontaram Manolo Florentino e José Roberto Góes: “O *status* comum de escravos não era suficiente para aparar as arestas entre uns e outros. Ao contrário, é provável que o cativo muito contribuisse para exasperar as diferenças.” In: FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 35.

<sup>26</sup> PISNKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**, p. 32. Grifo nosso.

assassinato de uma escrava em que seu dono escapou da punição. O chefe da polícia, Eusébio de Queirós, estava convencido da culpa do senhor, um padre, Antônio José de Castro. As autoridades encontraram a parda Emerenciana, uma mulher velha, “inteiramente debilitada” e incapaz de ficar em pé ou sentar-se. Seus extensos ferimentos estavam gangrenados e supurados e ela não conseguia falar. O relatório médico sobre a situação dela confirmava ferimentos e cicatrizes em todo o corpo, tais como chibatadas que tinham aberto a carne até os ossos e lesões nas regiões anal e vaginal e outras partes do corpo, feitas com instrumentos perfurantes. Embora o relatório médico documentasse nitidamente a extensão e crueldade da tortura, o padre foi libertado (...) Um motivo para a investigação da polícia nesses casos era que a lei protegia os escravos contra castigos excessivos. O artigo 179 da Constituição de 1824 proibia a tortura e o açoite de escravos por cidadãos particulares. Onze anos depois [1835], o código criminal dava aos senhores o direito de punir seus escravos com moderação – como o pai a seus filhos, ou o professor aos seus alunos – mas não podiam queimar, ferir, afogar ou matar. Que muitos senhores não obedeciam à lei fica óbvio a partir dos registros policiais.<sup>27</sup>

Era nessa situação em que viviam muitos dos escravos brasileiros, sem direito a um tratamento minimamente justo, privados de sua condição humana. E o tráfico continuava a avançar desenfreadamente à medida que passava o século XIX. É assustador constatar que, às vésperas da independência, um grande percentual da população brasileira (ao se levar em conta algumas de suas províncias) ainda era escrava, como constatou Femenick: “às vésperas da independência, a presença escrava era marcante em algumas províncias: 66,6%, no Maranhão; 38,6% no Mato Grosso; 38,3% em Alagoas, e 32,6% em São Paulo.”<sup>28</sup>

De fato, a independência do Brasil efetuou-se sem qualquer comparação possível com o que se observara no outro extremo, como no caso do Haiti onde a população escrava houvera conseguido feito inédito até então: vencer e expulsar os colonizadores brancos.<sup>29</sup> Em nosso país, muito pelo contrário, o que aconteceu foi uma transferência

<sup>27</sup> KARASCH, Mary. C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 174-175. Grifo nosso.

<sup>28</sup> FEMENICK Tomislav, R. *Os escravos*, p. 330.

<sup>29</sup> Mesmo sem nenhum precedente parecido no Brasil, os senhores de escravos daqui tinham a resistência de seus cativos como nos mostra Karasch: “a resistência deles era uma ameaça sempre presente á

de poder das mãos da burguesia mercantil portuguesa para as dos proprietários de escravos e *plantations* brasileiros. Ou seja: a independência do Brasil não foi de todo o seu povo, já que cerca de um terço da população encontrava-se reduzida ao cativeiro nos idos do segundo decênio do século XIX<sup>30</sup>. Assim, o jovem país já nascia sob o signo da desigualdade, tendo no seu vértice social uma minoria branca e rica, no meio um grande número de brancos pobres e mulatos e africanos livres (alforriados), e no patamar inferior a grande massa escrava, despossuída e explorada. Porém eram o verdadeiro pilar do sistema econômico-político nacional e também o grande obstáculo a ser transposto por aqueles que ansiavam por mudanças profundas na estrutura social do país a exemplo do que ocorrera na Europa da era pós-Revolução Francesa, como explica Heloisa Gomes:

A emancipação política brasileira, fruto mais de uma classe do que da nação em seu conjunto, logrou transferir pacificamente os poderes da metrópole portuguesa para o novo governo. Apesar das limitações e compromissos que o pacto da independência acarretou, um afã de renovação material e espiritual agitou então o país, onde fervilhava um nacionalismo nem sempre consistente, antevendo soluções para os nossos graves problemas segundo as “novas luzes” vindas da Europa, cultuadas pela jovem inteligência. Todo esse otimismo patriótico esbarrava, no entanto, num formidável obstáculo: a estrutura arcaica e injusta da economia escravista que continuava a sustentar o país após a independência e que garantia a hegemonia das elites rurais.<sup>31</sup>

Além das discussões e lutas internas em torno da temática da escravidão, o nascente Império do Brasil teve ainda que responder pelas garantias dadas pelo governo de Dom João que, por tratados diplomáticos com a Inglaterra em 1815 e 1817, comprometia-se a iniciar um processo gradual de redução do tráfico de escravos para o Brasil. À revelia destes acordos, o tráfico fluía a passos largos neste período como aponta Femenick:

---

segurança pessoal dos senhores receosos, que acreditavam que viviam em meio a uma Revolução Haitiana em potencial”. In: KARASCH, Mary. C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro**, p. 425.

<sup>30</sup> Segundo Blackburn: “O Brasil continha pelo menos um milhão de escravos em 1810 e eles representavam 40% ou mais da população.” In BLACKBURN, Robin. **A queda do escravismo colonial**, p. 407. Imaginemos então, em 1822, o quanto não representavam os escravos na população do país.

<sup>31</sup> GOMES, Heloisa Toller. **As marcas da escravidão: o negro e o discurso oitocentista no Brasil e nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1994. p. 91.

Em 1818, somente nos cinco primeiros meses, chegaram ao Rio de Janeiro 25 navios, com aproximadamente 10 mil escravos; em 1819, chegaram ao Brasil cerca de 17.500 escravos de Angola. A importação total de africanos, em 1821, foi em torno de 24.300; em 1822, perto de 31.200.<sup>32</sup>

Na medida em que o governo brasileiro observava impassível a continuação do tráfico, a Inglaterra renovou as suas pressões diplomáticas sobre o Brasil. Novos acordos assinados em 1824 e ratificados em 1827, pelo Imperador Dom Pedro I previam o fim do tráfico negreiro até 1830. Neste ínterim, internamente, a questão já causava debates acalorados, que foram travados muito especialmente no decorrer da elaboração da primeira Constituição do Brasil em 1824, quando foram discutidos tanto o problema do tráfico negreiro, quanto a respeito da cidadania dos libertos. Figura destacada nestes debates, o Primeiro Ministro do Império José Bonifácio opôs-se, tanto aos mais radicais que pretendiam negar cidadania aos libertos, quanto aos mais abolicionistas que pretendiam o fim da escravidão. No entanto, os interesses de “todos” convergiram em dois sentidos: apaziguar o abolicionismo britânico com uma política contra o tráfico negreiro e o consenso de que a escravidão deveria continuar, mesmo que “lamentada”, sob risco de se comprometer a economia brasileira, como nos mostra Blackburn:

A Assembléia deliberou sobre a extensão apropriada da cidadania brasileira e, numa seção fechada e especial, sobre a adequação do fim da escravidão e da proibição do tráfico negreiro. José Bonifácio opôs-se ao que via como demagogia de democratas liberais e estava disposto a usar o poder da polícia contra eles, assim como contra os simpatizantes de Portugal. Mas insistiu em um conceito católico de cidadania que ignorasse as antigas barreiras de casta. Alguns delegados, inclusive ex- participantes da revolta de 1817 em Pernambuco, argumentaram que os africanos livres e até todos os ex-escravos não deveriam receber direitos de cidadania. Mas a Assembléia acabou decidindo a favor de conceder cidadania a todos os homens de cor livres; afinal de contas, as rígidas qualificações de renda para votar e ocupar cargos públicos seriam suficientes para excluir a maioria da participação política.

Na sessão fechada da Assembléia, José Bonifácio conseguiu apoio para leis de alforria mais brandas e para a proibição do tráfico negreiro. (...) Muitos delegados lamentaram a dependência do Brasil ao grande fluxo de

<sup>32</sup> FEMENICK Tomislav, R. *Os escravos*, p. 329.

escravos africanos; no entanto, não comprometeriam o império com uma lei do “ventre livre”.<sup>33</sup>

Em 1827, após a ratificação do Imperador ao tratado com a Grã-Bretanha que previa o fim do tráfico para 1830, houve uma corrida desenfreada dos senhores na busca pela compra de novos cativos, quando começariam a faltar por ocasião do fim do tráfico. Este contexto fez com os preços dos escravos se elevassem consideravelmente no mercado, além de iniciar um processo de mudança na mentalidade do proprietário de escravos. Antes acostumados a adquirir especialmente homens, para trabalho pesado com perspectiva de cinco a dez anos no máximo de vida útil, passou a existir uma demanda muito maior por mulheres, no sentido de que poderiam assim estimular a “reprodução em cativeiro”, mais uma medida preventiva, sob a ameaça do fim do tráfico, como nos mostram Florentino e Góes:

Assim, os inventários *pos-mortem* mostram que, em libras esterlinas, entre 1810-25 e 1826-30, o preço médio das crioulas de 15 a quarenta anos de idade passou de 28.93 para 31.89 (+ 10,2%) enquanto que para os crioulos da mesma faixa etária o movimento foi de 34.14 para 37.03 (+ 8,5%). No que se refere às africanas adultas, evoluiu de 28.14 para 31.49 (+ 11,9%), sendo a avaliação para os similares masculinos adultos de 33.36 para 35.01 (+ 5,0%). Em termos globais, a valorização de mulheres adultas chegou a 10,9% e a dos homens a 6,1%. Em suma, para além da capacidade produtiva, o período 1826-1830 conheceu uma contundente valorização das capacidades reprodutivas da mulher cativa fértil.<sup>34</sup>

Todos sabem que o tráfico não cessou em 1830. Os decretos imperiais ficaram, para usar uma expressão da época, “para inglês ver”, ou seja, letra morta, garantias diplomáticas esvaziadas, a medida em que o governo brasileiro nada fazia, ou fazia muito pouco para na prática coibir o tráfico negreiro, continuando esse a florir por mais duas décadas ainda (realizado até 1839 sob a bandeira portuguesa e dessa data até seu fim, sob a bandeira norte-americana), até que as pressões britânicas tornaram-se insustentáveis, chegando ao ponto de navios de guerra britânicos aportarem no Rio de Janeiro em 1844 no sentido de intimidar o governo brasileiro. Mesmo assim, o tráfico fluía como nunca, elevando o número de africanos importados a somas nunca antes

<sup>33</sup> BLACKBURN, Robin. *A queda do escravismo colonial*, p.429-430.

<sup>34</sup> FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas*, p. 70-71.

atingidas. Antecipando seu fim, o tráfico de escravos dava seu derradeiro suspiro valendo-se da cobertura internacional norte-americana e da conivência e corrupção das autoridades públicas brasileiras:

O aparato de segurança e respeitabilidade dado por membros do governo brasileiro, as inversões de capitais, o emprego de tecnologia moderna e a cobertura legal dada pela bandeira dos Estados Unidos, resultaram em fantástico crescimento da importação de escravos pelo Brasil, nos anos que vão de 1846 a 1849, quando aqui entraram mais de 220 mil africanos escravizados (...) A atuação da marinha inglesa foi então fulminante. Entre 1849 e 1851 foram pelos ingleses capturados e destruídos ou condenados noventa navios brasileiros, empregados no transporte de escravos africanos. Entre 1845 e 1850, 59% das embarcações apresadas nas costas de Angola, realizando o tráfico de escravos, eram brasileiras.<sup>35</sup>

Por fim, a enorme pressão britânica no fim da década, além das pressões internas dos cada vez mais numerosos grupos de abolicionistas (esperavam a abolição ao menos do tráfico naquele momento<sup>36</sup>), acabaram por surtir efeito: em 4 de setembro de 1850, pela Lei Eusébio de Queirós o Brasil abolia o tráfico negreiro dando, dessa forma, o primeiro e decisivo passo para a futura abolição da escravidão. Temática polêmica, pois tocava em considerações de ordem cultural-econômica bem como nas de caráter moral e religioso que acabaram sendo incorporadas de forma taxativa e depreciativa pelo discurso dos abolicionistas, como nos mostra Pinsky:

A partir de meados do século XIX, a propaganda abolicionista iria revelar vários aspectos da promiscuidade sexual, usando-a como argumento contrário à escravidão, acrescentando, já agora com apoio de certos setores “progressistas” da Igreja, que ela “corrompia a família brasileira”. Só então a legislação tratou de evitar a separação entre cônjuges, de estimular a união duradoura, de impedir a venda de filhos menores de 15 anos, entre outras medidas. Tentou-se, mais não se conseguiu, incluir um item relativo à libertação das escravas que tivessem tido um filho do senhor. Alforriar

<sup>35</sup> FEMENICK Tomislav, R. *Os escravos*, p. 341-342.

<sup>36</sup> Como elucidou Blackburn: “A permanência do comércio negreiro era fonte latente de controvérsia sob a superfície da vida política [brasileira], o sentimento abolicionista, tal como existia na época, concentrava-se nisso e não na escravidão enquanto tal.” In: BLACKBURN, Robin. *A queda do escravismo colonial*, p. 436-437.



a negra seria confessar a imoralidade, o que a hipocrisia das relações sociais não admitia<sup>37</sup>.

A escravidão era afinal de contas a melhor solução para a economia do país? Até que ponto era cristão permitir a continuidade de uma instituição que incentivava a depravação sexual, os comportamentos sádicos e hostis? Até que ponto seria válido continuar a lidar com a rebeldia, a insubmissão e a ameaça de revolta dos cativos? Como diminuir o papel da mulher escrava no domínio da vida educacional<sup>38</sup>, sexual e de família no Brasil? Eram problemas como esses que faziam parte dos questionamentos dos senhores. Como eles os relataram e vivenciaram, especialmente em relação às escravas, (tomando como base os depoimentos de contemporâneos da época extraídos de obras clássicas da historiografia sobre o tema) é nosso objeto de discussão no próximo capítulo.

---

<sup>37</sup> PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**, p. 65.

<sup>38</sup> A esse respeito, atentou Gilberto Freyre citando as fontes da época, que a escravidão era considerada pelos notáveis do Império como a principal causadora do péssimo estado educacional do país: “Primeiramente estou persuadido”, escrevia em 1837 no seu jornal *o carapuceiro* o padre-mestre Miguel do Sacramento Lopes Gama, “que a escravaria que desgraçadamente se introduziu entre nós, he a causa primordial da nossa péssima educação e em verdade quaes os nossos primeiros mestres? São sem dúvida a africana, que nos amamentou, que nos pensou, e nos subministrou as primeiras noções (...) Maneiras, linguagem, vícios, tudo nos innocula essa gente safara, e brutal, que à rusticidade da selvageria une indolência, o desejo, o servilismo próprio da escravidão. Com pretas e pretos boçaes, e com os filhinhos destes vivemos desde que abrimos os olhos; e como poderá ser boa nossa educação?” (...) Em 1823 já perguntara José Bonifácio, em sua *Representação à Assembléa Nacional Constituinte*: “que educação podem ter as famílias que se servem com esses infelizes sem honra, sem religião? Que se servem com as escravas, que se prostituem ao primeiro que a procura? Tudo se compensa nesta vida. Nós tyrannizamos os escravos e os reduzimos a brutos animaes; elles nos innoculam toda sua immoralidade e todos os seus vícios.” In: FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. São Paulo: Global, 2005. p. 433-434.

## CAPÍTULO II

### Submissão e rebeldia: a mulher escrava para “além do bem e do mal”

Para além dos estereótipos que se disseminaram pela cultura popular escrita e oral e que durante muito tempo impregnaram a própria historiografia, hoje um estudo sobre a escravidão que tente se posicionar numa perspectiva dicotômico-antagônica de “mocinhos e vilões” será considerado, no mínimo, ingênuo. A revisão historiográfica sobre o tema que vem sendo efetuada principalmente desde os anos sessenta do século passado, tem buscado situar senhores, e principalmente escravos como sujeitos dotados de vontade própria, com personalidades contraditórias que ora se acomodavam, ora se sublevavam contra o sistema. Como um todo, o que se pode dizer é que mesmo a “acomodação” não era uma simples adaptação às imposições do sistema, sendo muitas vezes uma estratégia de sobrevivência e até mesmo resistência, quando um sem número de comportamentos dos escravos demonstrava sua insatisfação e inquietude com a condição a qual estavam reduzidos. Seja de forma “pacífica” ou “violenta”, o fato é que eles resistiam, jogando ao chão qualquer tentativa de reduzi-los a mera impotência, ao servilismo resignado, como ilustra Mary Karasch:

O que ressalta dos documentos é o retrato de um povo muito rebelde que perturbava a paz de espírito e ameaçava a prosperidade material de seus senhores. Os estereótipos de crianças passivas e obedientes a donos bondosos estão ausentes da correspondência oficial que se queixava de fugas, suicídios, insultos, insubordinações, arruaças, manifestações e conspirações. No dia-a-dia, ano após ano, a resistência dos cativos era uma luta contínua entre senhor e escravo que transbordava frequentemente para a violência e acabava em castigos cruéis e desumanos para os cativos.<sup>39</sup>

Embora tenha sido minoritária a participação feminina em movimentos emancipatórios mais radicais como as fugas em massa e revoltas armadas, isso não significa que a participação das mulheres cativas na luta contra a escravidão tenha sido menor ou menos importante do que a dos homens. Ela foi, com certeza, diferente como nos mostra Maria Lúcia Mott:

Embora homens e mulheres escravos fossem reduzidos à condição de coisa, privados de todos os direitos civis, sujeitos ao poder, ao domínio e a

<sup>39</sup> KARASCH, Mary. C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 397-398.

propriedade de outrem, o fato de pertencerem ao sexo masculino ou feminino acarretou algumas particularidades a sua situação, refletida nas formas e nas condições de trabalho, nas relações familiares, na socialização, na mobilidade social, na legislação e mesmo nas formas de rebeldia e luta contra a escravidão.<sup>40</sup>

Dada a condição “especial” da escrava entre a senzala e a casa-grande, como mãe, amante e agregada, lhe foi possível ser a mediadora de muitas situações. Como mulheres, estavam muitas vezes sujeitas a uma vida de reclusão tão intensa quanto as sinhás brancas. Como mucamas, cozinheiras ou amas-de-leite<sup>41</sup> da casa-grande poderiam conquistar o afeto dos senhores e gozar de seus benefícios e ainda assim serem mães e esposas de escravos, o que poderia ser uma fonte valiosa de informações e confiança caso estivessem dispostas a participar de qualquer tipo de conspiração de escravos. Tal situação também tinha como consequência que estas escravas eram as que menos se revoltavam ou fugiam, (as escravas eram não só minoria proporcional, eram uma minoria em termos absolutos também) tendiam a ser mais sedentárias graças ao vínculos afetivos estabelecidos, como indicam João José Reis e Eduardo Silva:

As mulheres escravas eram minoria mesmo, em termos gerais. Acresce a posição específica que ocuparam no tocante a possibilidade de negociação dentro do sistema, seja pelo uso do sexo e da inteligência, como “chicas da silva”; seja pelas prendas culinárias, como baianas de acarajé, “quitandeiras” etc.; seja ainda através da ascendência religiosa ou afetiva, como as mães de santo, mães-pretas e amas de leite. Por último, devemos ter em conta, no relacionamento escravo-escravo, a maior responsabilidade que assumem as mulheres no tocante aos filhos.<sup>42</sup>

<sup>40</sup> MOTT, Maria Lucia de Barros. **Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão**. São Paulo: Contexto, 1988. p. 18.

<sup>41</sup> Essa situação também poderia ser utilizada pela escrava para prejudicar a família dos seus senhores como constatou Mott: “A literatura médica do século XIX recomendava que as mães de família amamentassem elas próprias seus filhos e não os dessem para serem amamentados pelas escravas pois estas, tendo sido obrigadas a se separarem de seus filhos verdadeiros, acabavam por “se vingar”, ingerindo alimentos prejudiciais ao leite ou colocando pimenta no bico do seio, causando malefícios à saúde da criança.” In: *Ibidem*, p.30.

<sup>42</sup> SILVA, Eduardo e REIS, João José. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 76.

Além disso, com o uso do corpo, também poderiam angariar favores e melhorias junto aos senhores. Acrescente-se a isso o dado biológico de que a mulher tem menos massa física, muscular do que o homem e poderemos entender porque as mulheres fugiam e se revoltavam de forma armada em um número proporcionalmente muito menor que os homens. No entanto, esta constatação não leva a crer que sua participação foi inferior ou inexistente, muito pelo contrário foi atuante e muitas vezes decisiva, graças a algumas das questões por nós acima enumeradas. Como no caso das mulheres envolvidas no levante do malês em Salvador (1835), como mostrou Mott:

A revolta deixou 309 pessoas presas, das quais 31 eram mulheres. Várias dentre elas eram libertas e a maioria vendia produtos na rua, como Ellena que saía cedo, passava o dia na rua vendendo peixe e se recolhia para casa tarde da noite. Apenas sete eram escravas e nenhuma delas fazia serviço de casa. Isto me leva a pensar que as escravas domésticas talvez vivessem mais segregadas nas casas, tendo menores possibilidades de informação e contato que a liberta Ellena ou a escrava Marcelina que vendia “fazendas secas”.<sup>43</sup>

Portanto, buscaremos neste capítulo elucidar algumas estratégias de sobrevivência e resistência de que se valiam as escravas na sua rotina, especialmente no nível das pequenas subversões cotidianas, na sabotagem ao trabalho, no fingimento de doença, no cinismo no trato com os senhores, no uso da vida íntima dos senhores, da qual tinham acesso privilegiado, como moeda de troca na negociação da sua condição servil. É também nossa intenção aqui demonstrar como muitos dos esteriótipos consagrados em relação aos negros têm sua origem na própria atitude dissimulada ou interesseira dos escravos como, por exemplo, a “lerdeza”<sup>44</sup> e a agressividade, respectivamente, como demonstraremos aqui, foram utilizadas como armas.

Bem como atentaremos também, para algumas formas mais explícitas de resistência, quando as escravas recorriam à língua falada, em alto e bom tom, para injuriar, tramar intrigas ou até mesmo recorrer à lei imperial contra os seus senhores. Outros tipos de resistência tais como a fuga, o roubo e o uso da magia também serão

<sup>43</sup>MOTT, Maria Lucia de Barros. **Submissão e resistência**, p. 50.

<sup>44</sup> Como atentou a autora: “Muitos dos adjetivos que qualificam, ainda hoje, o negro de forma pejorativa resultam da resistência de seus antepassados à escravidão: nada realizava além do necessário, daí ser considerado “preguiçoso”, fingia-se ignorante e incompetente, portanto “infantil” e “incapaz”. In: *Ibidem*, p. 29.

aqui explorados, tentando entender como todas essas práticas puderam em conjunto, agir no sentido de serem as devidas respostas dadas pelas escravas ao sistema de opressão no qual viviam:

Por toda a parte, e não sem polêmicas, abre-se um leque de questões que vão das formas explícitas de resistência (fugas, quilombos e revoltas), passando pela chamada resistência do dia-a-dia – roubo, sarcasmos, sabotagens, assassinatos, suicídios, abortos -, até aspectos menos visíveis, porém profundos, de uma ampla resistência sociocultural.<sup>45</sup>

Entre as estratégias de resistência conhecidas como “pacíficas”, estava a dissimulação. Isso se dava quando a escrava fingia-se de doente para não trabalhar ou sabotava a rotina do trabalho doméstico fingindo-se de boba, sem capacidade suficiente para a compreensão plena das ordens e vontades do senhor sendo, por tal razão, taxados pelos seus senhores de preguiçosas, apáticas e desastradas entre outras coisas, como nos mostra Karasch:

A diminuição do ritmo de trabalho, as doenças fingidas e a apatia geral ou fatalismo foram documentadas pelos viajantes que escreveram sobre a dificuldade dos senhores em fazer os escravos trabalhar. Os donos descreviam sua “propriedade sem vontade” como preguiçosa, apática, sempre doente, ineficaz, desastrada e sem disposição para tomar qualquer iniciativa ou fazer qualquer outra coisa que não fosse o estipulado pelo senhor. A queixa de uma senhora, por exemplo, era que suas criadas domésticas só obedeciam aos seus comandos exatos e que tinha de dar instruções detalhadas e precisas todos os dias. Nunca era suficiente dar uma ordem geral para manter a casa limpa; ela precisava dizer a cada escrava especificamente o que fazer. Se uma ficava doente, as outras não faziam o trabalho dela. Uma criada não lavava roupas, nem uma cozinheira punha a mesa. Dessa maneira, os escravos limitavam a quantidade de trabalho que um senhor podia extrair deles.<sup>46</sup>

Outra forma de resistência não-violenta dos cativos era através da religião e da magia, quando podiam agir de acordo com as crenças herdadas e aqui sincretizadas, seja no sentido de amaciar o senhor (e conseqüentemente, seu cativo) seja mesmo para matá-los e, o mais importante, preservando-se na impunidade. Nesta situação, a mulher

<sup>45</sup> SILVA, Eduardo e REIS, João José. *Negociação e conflito*, p. 62.

<sup>46</sup> KARASCH, Mary. C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*, p.435-436.

escrava revestia-se de caráter central, à medida em que eram as repositórias dos saberes mágicos. Esses incluíam o uso de venenos químicos ou naturais, a manipulação de ervas e a criação de todo um ambiente ritualístico que remeta ao místico, no intuito de fazer acontecer o que muitos dos escravos consideravam como sua única esperança de reparação, justiça ou vingança. Eram as pretas velhas as feiticeiras responsáveis por tais preparados mágicos, como aponta Karasch ao citar a opinião médica da época:

Com base na lista do dr. Sigaud de venenos potentes manejados pelos escravos, não há dúvidas de que os feiticeiros sabiam manipular substâncias como o arsênico. Para ele, quem as preparava e ensinava os escravos a usá-las eram as negras velhas, espécies de “feiticeiras”. Quanto a poções para tornar seus donos mais gentis, o dr Sigaud explicava que o “veneno” era às vezes um narcótico, que acalmava o senhor. Quem se sentia sob o “encanto” de um feiticeiro tinha sido muitas vezes drogado com um dos narcóticos naturais que as negras velhas catavam (...) Os feiticeiros também tinha acesso ao ópio.<sup>47</sup>

Entre as mais usais práticas de sabotagem ao senhor praticada pelos escravos estava o roubo, que acontecia no cotidiano e englobava desde objetos básicos e mais baratos, gêneros alimentícios e até mesmo dinheiro, jóias e outros valores. Um dos fatores que podem ajudar a entender a alta incidência de roubos entre escravos é o fato de que para muitos deles, de acordo com suas crenças de origem na África, era consenso uma outra idéia de propriedade, entendendo (podemos nos arriscar a dizer, acertadamente) que a fortuna do senhor lhes era também de direito, à medida que era fruto de seu trabalho e do trabalho da coletividade como um todo. Outra causa verdadeiramente surpreendente de se constatar é que o roubo ou o crime de forma mais geral podia até, subjetivamente, exercer um grande fascínio sobre o escravo, fazendo-o ser notado, talvez até ouvido. O crime era, para o escravo nesse contexto, um ato verdadeiramente humanizador, tendo em vista que era o único momento perante a lei, que o escravo era reconhecido como ser humano, não como mercadoria, tal como nos convidam a refletir Manolo e Góes:

O escravo era uma mercadoria, objeto das mais variadas transações mercantis: venda, compra, empréstimo,

<sup>47</sup> KARASCH, Mary. C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*, p.351.

doação, transmissão por herança, penhor, seqüestro, embargo, depósito, arremate e adjudicação. Era uma propriedade. O ordenamento jurídico da sociedade o constituía como tal, exceto no que concerne à transgressão da lei. Gorender tem razão, aliás, ao considerar que “o primeiro ato humano do escravo é o crime.” A legislação cuidou, é verdade, de regular o seu uso (...) a proibição de castigos cruéis é um exemplo. Mas apenas reconhecia a humanidade do escravo por ocasião do crime, pois, afinal, nenhuma outra propriedade é punível. Pode-se dizer, portanto, que o crime era o primeiro e único ato do escravo que o humanizava – na lei.<sup>48</sup>

E no que se refere ao ser notado e ouvido, tinham muito a dizer as mulheres escravas. Privadas do acesso à alfabetização, a palavra falada era muitas vezes seu único meio de comunicação e defesa, servindo-as para protestar, mentir ou difamar, conforme exigisse a necessidade. De fato era falando, na maioria das vezes gritando, que escravas defendiam seu direito de acesso a locais públicos onde faziam comércio, dirigiam injúrias às autoridades laicas e sacras, e fofocavam sobre a vida íntima de seus senhores, às vezes sem, mas muitas vezes com, intenção de prejudicá-los, como demonstra Maria Odila Dias, utilizando-se do exemplo de São Paulo:

A palavra falada era instrumento essencial do seu trato de sobreviver de mulheres analfabetas (...) Nos processos de São Paulo, no século passado, não faltam indícios de prisões de mulheres bravas, revoltadas, que gritavam em linguagem de baixo calão. (...) São numerosos os processos e registros de autoridades, gente de sobrado, contra o nome do Imperador; palavrões obscenos nas ruas, em procissões, na igreja.<sup>49</sup>

A luta dessas mulheres também podia se dar através do recurso à palavra escrita, à lei, tendo em vista que a legislação permitia que a ela apelassem os escravos, no sentido de denúncia de trato desumano e, principalmente, descumprimento de acordos no que se refere ao trabalho e a alforria. Até mesmo meios burgueses como esses foram utilizados pelas escravas em sua luta por um tratamento mais digno, pelo cumprimento da justiça:

A luta, às vezes, podia fazer-se também à moda burguesa, através de pressões para o cumprimento das leis.

<sup>48</sup> FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 31.

<sup>49</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder: em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 20-21.

Felizarda, por exemplo, recorreu ao Poder Judiciário contra Ana Maria da Conceição, sua proprietária, que pretendia abocanhar as economias que amealhara para comprar a própria liberdade. Já Carlota, que pertenceu a Lino Ferreira, obteve a liberdade em Juízo conseguindo provar que tinha sido importada depois da Lei de 1831 – uma lei apenas para “inglês ver”, como se dizia – e lutava, ainda, pela liberdade de seus três filhos.<sup>50</sup>

Infelizmente, a grande maioria das disputas entre senhores e escravos não eram solucionadas por tribunais. Eram decididas de acordo com as configurações de poder do sistema em seu funcionamento cotidiano. Em suma: os senhores tinham a estrutura do sistema ao seu lado; aos escravos restava uma acomodação, uma resistência “passiva”, ou partir para o ataque, desafiando todo o aparato estrutural do escravismo: fosse fugindo e criando quilombos, fosse planejando e colocando em prática revoltas – grandes ou localizadas-, fosse tomando uma atitude individual mais dirigida contra uma pessoa que pudesse simbolizar toda a opressão em que viviam. Ou seja, trilhando o caminho do homicídio contra os senhores e, principalmente, feitores. A difusão desse tipo de revolta entre os escravos, e o medo dos senhores, foi bem refletida pela legislação do país que se tornou mais dura em 1835 quanto a isso. Entre as principais formas utilizadas pelas homicidas, estava o uso de instrumentos de trabalho rotineiro, além das “magias”, como comenta Mott:

O assassinato de senhores e senhoras de escravos, de feitores e seus familiares era comum a ponto de ter sido criada, em 1835, toda uma legislação repressiva que punia com a pena de morte homens e mulheres escravos que, por qualquer meio, atentassem contra seus proprietários, feitores e respectivas famílias.

Os meios usados pelas escravas para matar eram variados, como, por exemplo, instrumentos de trabalho – faca, mão de pilão, golpes de machado, etc. – e venenos. As práticas mágicas foram usadas pelas escravas para causar dano à propriedade senhorial e mesmo a sua morte. O livro de Laura de Melo e Souza é rico em exemplos: “a escrava courã de nome Quitéria que dera feitiço a sua senhora e a colocara moribunda; a negra Josefa que lavava-se nas partes baixas e colocava a água na comida dos senhores para lhes causar mal.”<sup>51</sup>

<sup>50</sup> SILVA, Eduardo e REIS, João José. *Negociação e conflito*, p.18.

<sup>51</sup> MOTT, Maria Lucia de Barros. *Submissão e resistência*, p. 33-34.



Uma outra forma comum de resistência foi a fuga. Ela representava um momento delicado para o escravo. Se por um lado poderia representar a liberdade por outro representava a incerteza. Arriscavam-se num ambiente novo e hostil, numa natureza desconhecida ou numa cidade onde a legislação escravocrata poderia prendê-lo a qualquer momento. E, em caso de captura, podia o cativo esperar uma sorte terrível: eram no mínimo duzentas chibatadas, salvo nos raros casos onde ocorria o perdão senhorial, mas poderiam ser mais, poderia ser até mesmo um castigo que conduzisse a morte do cativo, como aqui já foi dito. As fugas podiam ser de dois tipos: reivindicatória e, portanto, temporárias e de ruptura, conseqüentemente, definitivas. No primeiro caso, a fuga se dava por um tempo determinado, era como um protesto pelo não cumprimento de algum acordo com o senhor, por exemplo, uma forma de o escravo tirar “uma folga” ou coisa parecida. No segundo caso, a fuga era uma revolta mais drástica, visava romper definitivamente com as amarras do sistema escravista. Algumas tiveram sucesso, embora a maioria fracassasse e quando isso acontecia, os escravos, receosos de serem duramente castigados ou mesmo inconformados em voltar ao cativo, levavam o desejo de liberdade às últimas conseqüências, cometendo o suicídio, como constatou Karasch:

Outra tentativa de suicídio foi testemunhada por Walsh. Certa noite, ele e um amigo viram a polícia conduzindo uma escrava para o Calabouço a fim de ser açoitada. Quando passou diante da porta deles, a mulher escapou dos policiais e jogou-se no mar. A polícia não fez esforço algum para salva-la, mas o amigo de Walsh mandou seus negros resgata-la. Assim, ela sobreviveu para contar a Walsh sua história. Disse ser uma mina que fora seqüestrada certa noite em sua choça e levada para um navio negreiro, que a trouxe para o Rio. Foi vendida no Valongo e batizada na Igreja da Candelária com o nome de Francisca. Comprada por um senhor que morava perto de Botafogo, ela lavava roupa. Porque seu dono era cruel (Walsh notou que seus braços e lados estavam inflamados por causa de um espancamento), fugiu para a floresta, onde foi capturada por um capitão-do-mato. Decidira matar-se em vez de ser devolvida ao seu senhor.<sup>52</sup>

As fugas bem sucedidas eram aquelas nas quais os escravos conseguiram voltar sem ser castigados e tendo algumas das suas reivindicações atendidas (direito a folga, lazer, etc.), se fossem fugas reivindicatórias, ou quando os escravos nunca eram

<sup>52</sup> KARASCH, Mary. C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*, p. 419.

recapturados, conseguindo iniciar nova vida seja nas cidades (quando frequentemente tentavam passar-se por libertos<sup>53</sup>), seja nos campos, nas florestas, onde quando em grupo, geralmente constituíam um quilombo. Nestes casos, os escravos fugidos viviam numa situação mais aproximada àquela na qual vivam na África, ou seja: numa comunidade rural, de organização tribal e como indivíduos livres. Segundo Mott, ao citar o viajante francês Saint-Hilaire, um desses quilombos chegou inclusive a ser liderado por uma mulher:

Saint-Hilaire que visitou Minas Gerais na primeira metade do século XIX refere-se a um quilombo que existiu nas cercanias de Passanha e era chefiado por uma mulher negra. Diz o viajante: “na época em que os primeiros portugueses chegaram à região ela era habitada por uma tribo indígena denominada Malalis. (...) parece que negros fugitivos tinham vindo estabelecer-se entre esses povos”. Em mapas manuscritos, Passanha era indicada como uma região que havia sido recentemente descoberta, onde os índios eram governados por uma mulher negra.<sup>54</sup>

Impossível calcular a quantidade de quilombos que existiram no Brasil, a quantidade de mulheres que eles abrigavam (embora saibamos que era, proporcionalmente, bem pequena), nem muito menos que tipos de lugar puderam elas alçar nestes. O caso acima é revelador no sentido de pensarmos que era uma outra forma de organização social onde as mulheres ao menos tinham uma possibilidade de ascensão político-social, tendo os quilombos desempenhado um papel bastante significativo como demonstração da rebeldia negra e sua recusa a escravidão.

Um papel somente sobrepujado pela luta dos escravos pela tão sonhada carta de alforria: a forma legal de ser livre, sem mais precisar se esconder, podendo dar início a uma nova vida sem o espectro da reescravização, que tanto atormentava os escravos fugidos. Talvez por isso, essa tenha sido a mais significativa de todas as tentativas dos escravos em conseguir liberdade, mesmo que esta pudesse demorar toda uma vida a ser conquistada, uma vida de muito trabalho e economia de cada tostão<sup>55</sup>, outras vezes,

<sup>53</sup> Tal como no caso apresentado por Reis e Silva: “A africana Rita e sua filha Vicença, por exemplo, apropriaram-se dos documentos necessários e se fizeram passar por libertas homônimas já falecidas.” In: SILVA, Eduardo e REIS, João José. *Negociação e conflito*, p. 18.

<sup>54</sup> MOTT, Maria Lucia de Barros. *Submissão e resistência*, p. 46.

<sup>55</sup> Como documentado por Mott: “a cafusa Joaquina Carlota demorou 17 anos, 4 meses e três dias para completar a soma estipulada para a sua alforria e a de sua mãe. O primeiro pagamento foi efetuado em 1822 e o último em 1846.” In: *Ibidem*. p.36.

devido à benevolência de senhores em leito de morte, num gesto de desprendimento. Mas, na grande maioria das vezes, era a família imperial a que mais manifestava clemência, intercedendo mais de uma vez em casos de alforria de escravos, como aponta Karasch:

Além de libertar seus próprios escravos, a família real também intercedia e alforriava cativos que estavam sendo tratados com crueldade. Os escravos cariocas não procuravam abolicionistas para obter liberdade, mas buscavam ajuda da família imperial. Em vários casos, a coroa interveio entre um escravo e seu dono e decretou a alforria. Em um caso narrado pelo viajante Arago, d. João VI parou para investigar o açoitamento de uma escrava pelo roubo de um pouco de açúcar. Ela já recebera cerca de oitenta chibatadas quando d. João VI pediu clemência. Seu senhor fingiu concordar, mas o monarca, suspeitando que ele iria continuar o castigo assim que desse as costas, mandou um guarda de volta para verificar. O guarda descobriu que a mulher estava sendo novamente açoitada e o rei mandou liberta-la porque seu dono o desobedecera.<sup>56</sup>

No jogo cotidiano da sobrevivência e da resistência, as escravas utilizaram-se dos mais diversos meios como aqui pudemos constatar. Um dos mais eficientes foi certamente o uso do corpo, que podia estar a serviço do processo de melhoramento das condições de cativeiro bem como de seu próprio fim. No entanto, além de ser uma arma na luta das escravas contra o sistema de dominação, seus corpos também estavam sujeitos às conseqüências de sua condição, nem sempre podendo ser usado pela escrava ele era, minimamente, defendido por ela. Como a escrava buscou defender seu corpo e sua dignidade de mulher, como ela usou este mesmo corpo para se beneficiar no cruel jogo da escravidão é o assunto do próximo capítulo.

---

<sup>56</sup> KARASCH, Mary. C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*, p. 443.

### CAPÍTULO III

#### Sexo e poder: a mulher escrava no cotidiano imperial

Uma das mais terríveis e abomináveis conseqüências do sistema da escravidão é, sem dúvida, a coisificação dos corpos: o dado concreto e objetivo de que seres humanos podiam (e deviam) estar submetidos de corpo e alma às vontades de outrem. Algo que hoje pode nos parecer totalmente descabido: o fato de um indivíduo, dotado de razão e vontade próprias não poder dispor livremente do que lhe é mais básico, do que lhe deveria ser direito intocável, inalienável, seu próprio corpo. Pinsky atentou para essa questão da seguinte forma:

A vida cotidiana do escravo se desenvolvia, não em função de suas próprias escolhas, mas em decorrência das tarefas que lhe eram atribuídas. Isto acontecia pela sua contraditória **condição de humano e de “coisa” – ter vontade própria e não poder executá-la**, tendo de executar, por outro lado, a vontades que não eram suas, mas do senhor.<sup>57</sup>

Essa era a verdadeira condição do escravo, que oscilava entre ser tratado como um ser humano ou como uma coisa, o que dependeria única e exclusivamente da vontade e benevolência de seus senhores. Tal situação era inerente à própria condição do escravo, sendo difícil até imaginar uma situação pior que essa. No entanto, isso era possível. As mulheres estavam nesse contexto numa situação muito mais delicada que os homens. Para constatar isso basta que levemos em consideração a própria história mundial onde com raras exceções desenvolveram-se sociedades machistas e patriarcais, onde as mulheres eram invariavelmente relegadas a condição de seres inferiores e portanto, subordinadas aos homens.

Uma hierarquia de poder e situação social poderia ser traçada da seguinte forma: no alto, o homem branco, abaixo deste, a mulher branca, em seguida o escravo negro e por último, a mulher negra e escrava que estava subordinada a todos os três anteriores. Se hoje em dia já existem muitas queixas femininas em relação à dupla jornada (mãe e trabalhadora), pensemos então na situação da mulher escrava que depois de uma longa jornada de trabalho para seus amos ainda tinha que cuidar de maridos e filhos, como aponta Mott:

---

<sup>57</sup> PINSKY, Jaime. *A escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 47. Grifo nosso.

A jornada de trabalho da escrava acabava muitas vezes sendo mais longa do que as 12/15 horas estipuladas pelo senhor: quando casada, a mãe tinha que cozinhar e lavar para os filhos e para os companheiros (...) quando os filhos eram pequenos demais para acompanhar a mãe na execução destes trabalhos, e não havia nenhuma escrava velha que cuidasse deles na fazenda, eram amarrados às suas costas enquanto continuavam capinando, semeando etc (...) Em muitos engenhos e fazendas as escravas eram encarregadas da enfermaria da senzala, dos partos e do tratamento dos escravos doentes e acidentados.<sup>58</sup>

No entanto, certamente não era tal jornada de trabalho extenuante o maior problema com o qual tinham de lidar as escravas. Um outro problema (que para muitas pode até ter sido uma solução, mas certamente não para a maioria) era lidar com o assédio sexual do senhor e, conseqüentemente, com os ciúmes das senhoras. Numa sociedade que concebe a mulher como ser inferior e sujeita ao homem, não é difícil imaginar a situação de quem além de ser mulher era escrava, tendo que suportar o fato de que seu corpo estava a disposição de uma outra pessoa, que o comprou, podendo dispor deste ao seu bel prazer

A primeira, (e, neste contexto, quase inevitável) conseqüência para o corpo da escrava era a degradação física. Sujeita a castigos e violências sexuais, contaminada de doenças por ser a responsável pelo zelo dos moribundos, andando descalça<sup>59</sup>, semi-nua, sujeita ao frio, calor excessivo e às intempéries, as escravas eram atingidas em massa por doenças epidêmicas como a tuberculose, e sofriam mais drasticamente os efeitos da desnutrição dado que, na sua condição de mulheres que estavam inseridas num contexto de expropriação do corpo, eram, na maioria das vezes, mães.<sup>60</sup>

<sup>58</sup> MOTT, Maria Lucia de Barros. **Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão**. São Paulo: Contexto, 1988. p.21.

<sup>59</sup> Como mostrou Mary C Karasch ao citar um dos viajantes estrangeiros que estiveram no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX: “Os pés de “lindas mulheres negras” ficavam feridos e deformados por andarem descalças. Outros pisavam em objetos cortantes e contraíam o tétano, uma das maiores causas de morte de escravos.” In: KARASCH, Mary. C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.188.

<sup>60</sup> Ainda de acordo com a mesma autora: “Em 1849, a taxa para escravas foi de 191,14 contra 183,29 para escravos. Onde anos antes a diferença fora ainda maior, ou seja, 234,19 para as mulheres e 180,24 para os homens. Essas taxas de morbidez e mortalidade sugerem que as escravas sofriam uma incidência mais letal de tuberculose que os escravos. (...) Embora o estresse por si só aumente o risco de tuberculose, como o do tráfico, as escravas tinham os estresse da gravidez (...) as mulheres enquanto criadas domésticas ficavam com freqüência enclausuradas juntas em casas escuras e apinhadas; assim, o bacilo disseminava-se facilmente entre elas.” In: *Ibidem*, p 211-212.

Não sendo respeitada essa derradeira condição, as mães escravas ainda tinham que suprir com seu próprio leite os filhos de outrem. O leite materno (para algumas culturas considerado sagrado) era mais uma fonte de lucro e receita (direta ou indireta) que o mercantilizado corpo da escrava podia proporcionar, como nos mostra Freyre: “ o próprio leite consumido pela população do Rio de Janeiro no meado do século XIX conste que era principalmente leite de escrava.”<sup>61</sup>

O que acontecia inevitavelmente era a prostituição de seus corpos (sua degradação moral), de forma remunerada ou não, seja no ambiente doméstico da casa-grande (o senhor, os filhos e demais homens parentes do senhor), seja na senzala quando muitas vezes não podia fechar as pernas para o grande número de homens loucos por sexo e dispostos até a agir de forma brusca para conseguir isso, ou seja a prostituição clássica: na rua e, como foi característico do sistema da escravidão, ordenada pelos senhores, geralmente: senhoras, que teria além de tudo sua “pureza” sexual salva, graças a escrava para a qual eram catalisados todos os impulsos sexuais da moralista a patriarcal sociedade, como apontou Freyre:

Atribuem alguns cronistas da escravidão grande importância a prostituição das negras; mas das negras e mulatas exploradas pelos brancos. La Barbinais afirma que até senhoras se aproveitavam de tão nefando comércio. Enfeitavam as molecas de correntes de ouro, pulseiras, anéis e rendas finas, participando depois dos proventos do dia. (...) Às vezes negrinhas de dez, doze anos já estavam na rua se oferecendo a marinheiros enormes, grangazás ruivos que desembarcavam dos veleiros ingleses e franceses (...) o grosso da prostituição, formaram-no as negras, exploradas pelos brancos, foram os corpos das negras – as vezes meninas de dez anos – que constituíram, na arquitetura moral do patriarcalismo brasileiro, o bloco formidável que defendeu dos ataques vorazes e afoitezas dos don-juans a virtude das senhoras brancas (...) a virtude da senhora branca apoiá-se em grande parte na prostituição da escrava negra.<sup>62</sup>

<sup>61</sup> FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. São Paulo: Global, 2003. p. 622.

<sup>62</sup> Id. *Casa-grande e senzala*. São Paulo: Global, 2005. p. 537-538.

Neste contexto, o sistema patriarcal e escravocrata foi o palco privilegiado de uma dramática e desigual luta entre senhores (muitas vezes tarados e sádicos<sup>63</sup>) e mulheres escravas, cujo objeto, a “conquista” era a posse do corpo, reivindicado pelos senhores como propriedade particular, defendido pelas escravas como dignidade humana.

Neste sentido nos interessa aqui entender a questão sob um ponto de vista humano, demasiadamente humano, buscando compreender de que forma essas mulheres escravas foram todas vítimas em potencial do sistema, mas o foram ainda mais, pois muitas conseguiram subverter o sistema através do uso do próprio corpo, moeda de troca para aquisição de melhorias na sua condição, desde as mais básicas de subsistência até mesmo heranças, alforrias, reconhecimento de um filho bastardo pelo senhor. Buscaremos evitar dicotomias antagônicas revelando, por outro lado, as ambigüidades, as contradições, as subversões do comportamento estratégico de luta de que se valiam as escravas, entendendo-o como resistência e sem posicionar-se quanto a sua “moralidade”.<sup>64</sup> Um ilustrativo exemplo, fornecido por Maria Odila Dias, nos pode mostrar até que ponto chegou o poder de uma mulher escrava sobre seu senhor, fazendo-o preterir sua esposa em proveito dela própria no ambiente doméstico:

Senhoras empobrecidas queixavam-se de serem tratadas pelos companheiros como se fossem escravas ou de serem destratadas pelas escravas concubinas de seus maridos. (...) Acusavam os maridos de andarem concubinados, de porta adentro, ostensivamente, com as suas escravas, desautorizando-as a ponto de se verem maltratadas pelas próprias escravas.<sup>65</sup>

---

<sup>63</sup> Chegando muitas vezes a verdadeiros casos de fixação psicótica, como nos confidencia Freyre: “Conhece-se casos no Brasil não só de predileção, mas de exclusivismo: **homens brancos que só gozam com negra**. de rapaz de importante família rural de Pernambuco **conta a tradição** que foi impossível aos pais promoverem-lhe o casamento com primas ou outras moças brancas de famílias igualmente ilustres. Só queria saber de molecas. Outro caso (...) de um jovem de conhecida família escravocrata do Sul: este para excitar-se diante da noiva branca precisou, nas primeiras noite de casado, de levar para a alcova a camisa úmida de suor, impregnada de bundum, da escrava negra sua amante. **Casos de exclusivismo ou fixação. Mórvidos, portanto**”. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*, p. 368. Grifo nosso.

<sup>64</sup> Que em nossa opinião se conceituaria, nas palavras de Eduardo Silva e João José Reis em: “micropolítica que o escravo tentar fazer a vida e, portanto, a história.” In: REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: 2005. p. 21.

<sup>65</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder: em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 172-143.

No outro extremo da situação, podemos esbarrar com situações onde a escrava esteve reduzida a simples objeto de uma cultura que normatizou a violência sexual de senhores contra escravas meninas em plena adolescência e indefesas, e ainda mais sem qualquer responsabilidade sobre sua saúde. E, como se não bastasse, ainda eram elas as “verdadeiras causadoras” de todos os males, as corruptoras da família patriarcal como observou Freyre:

Diz-se geralmente que a negra corrompeu a vida sexual da sociedade brasileira, iniciando precocemente no amor físico os filhos-família. Mas essa corrupção não foi pela negra que se realizou, foi pela escrava (...) Não há escravidão sem depravação sexual. É da essência mesma do regime. Em primeiro lugar, o próprio interesse econômico favorece a depravação criando nos proprietários de homens imoderado desejo de possuir o maior número possível de crias. (...) Foram os senhores das casas-grandes que contaminaram de lues as negras das senzalas. Negras tantas vezes entregues virgens, ainda molecas de doze e treze anos, a rapazes brancos já podres da sífilis da cidade. Porque muito tempo dominou no Brasil a crença de que para o sífilítico não há melhor depurativo que uma negrinha virgem.<sup>66</sup>

Além da violência sexual do Senhor, o corpo da escrava esteve sujeito aos castigos “costumeiros”, típicos do sistema e unissex (aplicados de forma idêntica a ambos os sexos) aqueles que visavam proibir vícios, coibir o sexo ou a gula, ou simplesmente uma surra para se tornar “civilizada”, como poderia acontecer caso a escrava cometesse algum inconveniente grave na visão dos senhores. E, em relação a esse último ponto a participação das senhoras, tanto quanto na questão passional do ciúme, foi a que mais prejuízo físico causou a escrava. Acostumadas a serem servidas em tudo desde a mais tenra idade, as “sinhazinhas” cresciam como verdadeiras tiranas domésticas<sup>67</sup> (certamente não todas, mas a maioria), e estavam culturalmente

<sup>66</sup> : FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*, p. 398,399 e 400.

<sup>67</sup> Na intenção de relativizar a questão, Mott assim se posicionou: “Vários autores contemporâneos que estudaram a escravidão repetem, sem crítica, afirmações feitas por outros observadores e estudiosos do passado que atribuíam enorme crueldade às “sinhas e sinhazinhas” no trato de seus escravos. Relatam, com riqueza de detalhes, cenas dignas de um filme sadomasoquista. Segundo estes autores, os castigos eram em geral aplicados por “ciúmes”. Certamente houve muita violência na relação senhora-escravo, mas esta não pode ser considerada como maior ou pior que aquela infringida pelos senhores. A expectativa de que a mulher seja “naturalmente boa”, abnegada e dedicada ao próximo faz com que a violência da relação senhora-escravo seja vista com lentes de aumento. A mulher proprietária aprendeu direitinho a ser senhora e o foi, nos mínimos detalhes, seja alforriando seja castigando, premiando ou punindo, como seus companheiros do sexo masculino. In: MOTT, Maria Lucia de Barros. *Submissão e resistência*, p. 27.



adaptadas a exercerem seu aprendizado, como depositário de sua ira, nas escravas, geralmente, suas mucamas. Constituindo, portanto, uma violência de mulher para mulher, ou melhor: de branca para negra como nos mostra o ilustrativo exemplo de Freyre, ao citar o cronista inglês Henry Koster que esteve no Brasil na primeira metade do século XIX, ele concluiu:

Sem outra perspectiva que a da senzala vista da varanda da casa-grande, conservavam muitas vezes as senhoras o mesmo domínio malvado sobre as mucamas que na infância sobre as negrinhas suas companheiras de brinquedo. “Nascem, criam-se e continuam a viver rodeadas de escravos, sem experimentarei a mais ligeira contrariedade, concebendo exaltada opinião de sua superioridade sobre as outras criaturas humanas, e nunca imaginando que possam estar em erro”, escreveu Koster das senhoras brasileiras.(...) Quanto a maior crueldade das senhoras do que os senhores no tratamento dos escravos é fato geralmente observado nas sociedades escravocratas. Confirmam-no os nossos cronistas. Os viajantes, o folclore, a tradição oral. Não são dois nem três, porém muitos os casos de crueldade de senhoras de engenho contra escravos inermes. Sinhás-moças que mandavam arrancar os olhos de mucamas bonitas e traze-los à presença do marido, à hora da sobremesa, dentro da compoteira de doce e boiando em sangue ainda fresco, baronesas já de idade que por ciúme ou despeito mandavam vender mulatinhas de quinze anos a velhos libertinos. Outras que espatifavam a salto de botina dentaduras de escravas; ou mandavam-lhe cortar os peitos, arrancar as unhas, queimar a cara ou as orelhas (...) O motivo, quase sempre, o ciúme do marido. O rancor sexual. A rivalidade de mulher com mulher.<sup>68</sup>

Em contrapartida, muitas vezes as escravas não se deixavam apropriar sentimentalmente pelos seus senhores, tal como estes o faziam sexualmente. Em muitos casos, trilharam o caminho do homicídio contra os senhores por não agüentarem as interferências bruscas nos seus amores, levando-os ao fim. Embora as senhoras dispusessem do monopólio legal da força, as escravas tinham seus próprios meios para se vingarem de senhores devido aos seus ciúmes, desilusões amorosas e recalques sentimentais. Seja usando o veneno, a intriga ou a magia, o fato é que costumavam ser bem sucedidas em suas empreitadas de vingança, como constatou Mary C. Karasch:

<sup>68</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa- grande e senzala*, p.420-421.

Ciúmes e casos de amor rompidos envolvendo escravos e outros grupos da cidade [o Rio de Janeiro] acabavam muitas vezes em morte. O viajante “A.P.D.G” advertia que as mulheres de cor eram especialmente ciumentas e vingativas e que conseguiam escapar impunes dos assassinatos. De fato escreveu: “conheci até trinta que foram cometidos no espaço de um mês; a maioria por motivo de ciúme e por instigação de mulatas”. O outro grupo de acusadas da morte de amantes brancos que as traíam eram as mulheres minas, algumas das quais escapavam supostamente da detenção.<sup>69</sup>

Em outras situações extremas, a difícil condição de amar alguém que não se pode amar devido às restrições de uma condição servil, desejar um outro corpo e não poder a ele se entregar plenamente, não por rejeição do parceiro, mas sim pela proibição arbitrária de um sistema autoritário e repressor, foi manifestada de forma drástica no suicídio, a violência contra o próprio corpo que a escrava praticou em larga escala durante a vigência da escravidão brasileira. Embora o suicídio tenha um caráter de revolta contra o sistema como um todo, propiciando ao escravo a libertação física definitiva bem como lhe dando o prazer de saber estar causando um prejuízo material ao senhor, em um número significativo de vezes, certamente, o suicídio também foi a última forma que a escrava buscou para dizer não, ou seja: ela não era mercadoria, seu corpo não pertencia a outra pessoa que não ela mesma, como no triste exemplo apresentado por Karasch:

O caso trágico de Isabel, uma parda que gozava de posição privilegiada de mucama na casa de seus donos, sugere outro motivo para o suicídio de escravas brasileiras – casos de amor interrompidos por seus senhores. De acordo com o chefe de polícia na investigação da morte de Isabel, seu senhor alegava que ela era tratada com moderação, mas que estava “enlouquecida” pelas “seduções” de um trabalhador português, a quem deixara entrar na casa. Ao ser descoberta, fora punida com a palmatória, mas, apesar disso, deixou seu amante entrar de novo. Quando ele estava saindo, foi descoberto pelo senhor, que o perseguiu, mas não conseguiu apanhá-lo. Enquanto isso, Isabel fugia. Seu corpo foi encontrado na praia de Botafogo.<sup>70</sup>

<sup>69</sup>KARASCH, Mary. C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*, p. 432.

<sup>70</sup> *Ibidem*, p. 419-420.

Finda a escravidão no Brasil em 1888, puderam finalmente essas mulheres dispor de seus próprios corpos, que deixavam de ser propriedade de outrem, o que, pelo menos em termos jurídicos teria resolvido a questão. No ponto de vista da cultura vivida, acadêmica ou popular, política ou sentimental, os estigmas da escravidão permaneceram, permitindo que se perpetuassem estereótipos a respeito dos negros, muito especialmente no que se refere à magia, ao sexo e as subversões. Dentre tantos, o que mais nos interessa para a discussão em questão, é o da mulata, tal como construída pelas imagens do discurso de Gilberto Freyre e, no contexto do processo de consolidação de uma nacionalidade mestiça<sup>71</sup>, materializada pela propaganda sexual e pela tradição oral,<sup>72</sup> como a mulher “quente”, sensual e lasciva, como apontou o autor:

Com relação ao Brasil que diga o ditado: “branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar”; ditado em que se sente, ao lado do convencionalismo social da superioridade da mulher branca e da inferioridade da preta, a preferência sexual pela mulata. Aliás o nosso lirismo amoroso não revela outra tendência senão a glorificação da mulata, da cabocla, da morena celebrada pela beleza dos seus olhos, pela alvura dos seus dentes, pelos dengues, quindins e embelegos.<sup>73</sup>

Uma imagem que uma vez cristalizada em nossa cultura permitiu que a violência sexual contra a “mulher de cor” continuasse a ser exercida de forma irrestrita e geralmente de forma ainda mais abusiva que o é com a mulher branca, que não tem estigmas raciais a prestar contas.

No alvorecer do século XXI precisamos caminhar para além do mito da “democracia racial”<sup>74</sup>, entendendo que o processo histórico de formação deste espaço

<sup>71</sup> Como observou Lília Moritz Schwacz, ao relacionar a questão as políticas desenvolvidas pelo Estado Novo nos anos trinta: “Era a cultura mestiça que, nos anos 30, despontava como representação oficial da nação.” In: SCHWACZ, Lília Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade*. In: *História da vida privada no Brasil*. V4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 191.

<sup>72</sup> Como demonstrou Pinsky: “O mito de mulheres quentes, atribuído, até hoje, às negras e mulatas pela tradição oral, decorre do papel que lhes era designado pela sociedade escravista.” In: PINSKY, Jaime. *A escravidão no Brasil*, p. 64.

<sup>73</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*, p. 72.

<sup>74</sup> “Projetou-se aqui a imagem de uma *democracia racial*, corolário da representação de uma *escravidão benigna*.” In: SCHWACZ, Lília Moritz. *Op. Cit.*, p. 188.

político com seus lugares sociais e padrões culturais é resultado de violentas lutas<sup>75</sup> travadas de forma desigual entre ricos e pobres, homens e mulheres, senhores brancos e escravas negras. Ou seja, trata-se de um esforço de resgate do papel de sujeito histórico das escravas, restituindo-lhes sua dignidade, retirando-as do obscuro âmbito das “coisas”, objetos sexuais, e atentando para as suas descendentes, para as mulheres como um todo, sobre a necessidade de destruímos os estereótipos e estigmas espirituais e culturais que lhes foram historicamente atribuídos, para que possamos finalmente alcançar de forma plena nossa igualdade com os homens: a nossa condição humana.

---

<sup>75</sup> Como apontou Tomislav Femenick: “Este não foi um processo linear e pacífico. (...) Abolido o “cativeiro dos africanos”, os negros continuam a parcela mais pobre da população nacional. O preconceito racial sempre esteve, e ainda está, nas relações sociais, como subproduto transmitido e herdado da escravidão. A ascensão social e econômica foi e ainda é uma tarefa muito mais penosa para os negros que para as outras pessoas de outras raças.” In: FEMENICK Tomislav, R. **Os escravos: da escravidão Antiga a escravidão Moderna**. São Paulo: Cena Um, 2003. p. 344-345.

## CONCLUSÃO

Finalizado este estudo cabe-nos aqui, como última tarefa, elucidar as conclusões atingidas nos três capítulos anteriores, bem como o desejo de apresentar esse estudo como um manifesto, um chamado às mulheres em geral, muito especialmente as “de cor”, herdeiras diretas do legado da escravidão. Neste sentido, nos debruçarmos sobre uma temática tão estudada como a da escravidão, para nós tem um significado especial. Significa reafirmar o caráter absolutamente brutal de um verdadeiro pilar da nossa construção histórica, o mito de igualdade racial, a idéia de ausência de preconceito no Brasil e, em última instância, a negação da violenta ascendência dos homens brancos no processo de construção desse país. Idéias que se cristalizaram no imaginário coletivo social dos brasileiros (principalmente no que diz respeito ao sexo), tal como atentou Heloísa Gomes ao utilizar-se do exemplo da nossa literatura para afirmar tal idéia:

O discurso literário brasileiro insinua uma permissividade erótica nas relações inter-raciais. Essa permissividade, porém, é um artifício visando ocultar um jogo de dominação em dois planos: o do homem (branco) sobre a mulher (não-branca) e a do conquistador (europeu) sobre o conquistado (não-europeu).<sup>76</sup>

Diferenciando-se, por exemplo, de uma abordagem clássica, como a de Gilberto Freyre em “Casa Grande e Senzala” e “Sobrados e mucambos”, este estudo visou se colocar para além das tendências apaziguadoras que buscaram amenizar o processo violento e brutal de apropriação e exploração que significou o sistema da escravidão no Brasil. Entendemos que embora tal abordagem tenha significado muito para a construção da nacionalidade brasileira, ela também forjou a violência e a desigualdade que foram marcas inerentes não só da escravidão, como também do período pós-abolição.

Para Freyre, que estava atento à questão das raças e à miscigenação ocorrida no Brasil, o que aconteceu foi um processo de aculturação ameno, adocicado pela “moleza” e tolerância do colonizador português, que teria descambado na formação de uma

---

<sup>76</sup> GOMES, Heloisa Toller. **As marcas da escravidão: o negro e o discurso oitocentista no Brasil e nos Estados Unidos.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 1994. p. 166.

sociedade paternalista, onde predominava a empatia entre as raças e a amenidade da relação senhor e escravo, retratada pela cultura católica como uma relação entre “pai e filho”, característica que teria sido peculiar ao processo de escravidão no Brasil, o que explicara a larga miscigenação aqui praticada<sup>77</sup>, em oposição ao que se verificou, por exemplo, nos Estados Unidos.

Segundo Freyre, isso foi possível devido a enorme plasticidade racial do colonizador português, cujos traços psicológicos e geo-morfológicos diferenciam-nos dos anglo-americanos em valores, personalidade e capacidade de adaptação ao meio em questão (no caso, os trópicos). Esta linha de interpretação permitiu a Freyre levantar a polémica tese do Brasil como uma “democracia racial”, na medida em que a miscigenação largamente aqui praticada teria tido como resultado a diminuição das fronteiras sociais existentes, a revelia da estrutura rigidamente hierarquizada e sectária do sistema escravocrata e patriarcal:

A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo teria se conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e senzala. O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos (...) foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação. A índia e a negra-mina a princípio, depois a mulata, a cabrocha, a quadrarona, a oitavona, tornando-se caseiras, concubinas e até esposas legítimas dos senhores brancos, agiram poderosamente no sentido de democratização social no Brasil.<sup>78</sup>

Nesta perspectiva, Freyre procede ao elogio da colonização portuguesa no Brasil, ressaltando sempre a “brandura” da nossa escravidão, pois além da possibilidade de ascensão social que se abria em especial as mulheres de cor, nossos cativos eram bem nutridos<sup>79</sup> e recebiam os valores “superiores” da civilização europeia, integrando-se perfeitamente num hercúleo esforço de constituição de uma sociedade europeia nos seus valores, mais tropical na sua composição. Até mesmo os castigos infringidos aos negros são, sob este aspecto, relevadas, visando educar e disciplinar elementos não

<sup>77</sup> Freyre enfatiza que: “O Brasil formou-se, despreocupados os seus colonizadores da unidade ou pureza da raça.” In: FREYRE, Gilberto. *Casa grande se senzala*. São Paulo: Global, 2005. p.91.

<sup>78</sup> *Ibidem*, p. 33.

<sup>79</sup> *Ibidem*, p. 107.

acostumados aos padrões civilizatórios que se tinha em mente como ideais. Para comprovar tal idéia, afirma que as numerosas alforrias em conjunto teriam constituído antecipações nada insignificantes ao Treze de Maio de 1888.

Escrevendo hoje, decorridos mais de sessenta anos da publicação da grande obra de Freyre, nos cabe aqui historicizá-la, entendendo seu papel na dinâmica da construção da nacionalidade,<sup>80</sup> mas apontando o que Freyre naquele momento não pôde ou não quis atender, ou mesmo não entendeu como prioritário, decisivo: o dado de que o processo de aculturação dos escravos (escravos no caso em questão) ao sistema escravocrata e patriarcal brasileiro se deu de forma muito menos amistosa e consensual do que este último nos sugere. Na dinâmica deste processo estavam a dor, o desespero, o sofrimento e a rebeldia, dados concretos e objetivos que foram obscurecidos por um discurso que, desde a abolição até meado do século passado e ainda mais além buscou instituir um regime de verdade<sup>81</sup> sobre o nosso passado escravocrata e que, conseqüentemente, silenciou durante décadas as vozes dos vencidos da história.

Na contra mão da interpretação freyreana, temos obras como “A vida dos escravos no Rio de Janeiro”, de Mary C. Karasch, que destaca a violência do cativo, que implicava a coação física num clima de aterrorização permanente da massa escrava; o que exigia castigos diários, rotineiros, e castigos excepcionais de exemplaridade pedagógica no Brasil, não menos iníquos que em outras regiões escravistas.

“Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX” de Maria Odila Leite da Silva Dias fala da reconstrução dos papéis femininos, como mediações que possibilitem a integração da mulher excluída, escravizada, á globalidade do processo histórico de sua época. Sendo, portanto, este trabalho, uma contribuição para o conhecimento dos papéis históricos de mulheres oprimidas pelo sistema da escravidão, tanto escravas quanto

---

<sup>80</sup> Como reconheceu o próprio Freyre sua obra esteve impregnada do esforço de dar uma resposta satisfatória ao problema da constituição de nossa identidade nacional que se entendia, até aquele momento, como fatalmente comprometida devido aos “males” da miscigenação: “Creio que nenhum estudante russo, dos românticos do século XIX, preocupou-se mais intensamente pelos destinos da Rússia do que eu pelos do Brasil (...) Era como se tudo dependesse de mim e da minha geração; da nossa maneira de resolver questões seculares. E dos problemas brasileiros, nenhum que me inquietasse tanto como o da miscigenação. In: FREYRE, Gilberto. *Casa grande se senzala*, p. 31.

<sup>81</sup> Tal como observado por Foucault: “A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros.” In: FOUCAULT, Michel. *Micro-física do poder*. São Paulo: Graal, 2007. p. 12.

forras e brancas pobres, estas últimas se viam às vezes numa situação que não era tão invejável a ao contexto em que estavam inseridas as próprias escravas.

Para os negros o significado da liberdade teria sido forjado na experiência do cativo e sem dúvida um dos aspectos mais traumáticos da escravidão era o fato de se verem reduzidos a simples mercadorias de compra e venda, a revelia de sua própria condição humana. Para as mulheres escravas mais do que para todos os outros indivíduos brancos ou “de cor”, a situação social era mais opressiva e angustiante, mesmo que muitas delas tenham conseguido ascensão, a grande maioria passou pela história como vítimas de um processo brutal de dominação e expropriação do homem pelo homem, ou melhor: das mulheres (neste caso, negras) pelos homens (todos eles inclusive os cativos). Neste sentido, este estudo se coloca como um chamado as mulheres, pela continuação da luta (ainda não terminada) pela igualdade de direitos e possibilidades de vida, pelo reconhecimento do grande papel histórico desempenhado pelas mulheres escravas como trabalhadoras e mães que construíram esse país rico de formas e cores, essas mulheres valentes, belas e impetuosas, das quais somos todos herdeiros.



## BIBLIOGRAFIA

- BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens.** Petrópolis: Vozes, 2004.
- BLACKBURN, Robin. **A queda do escravismo colonial: 1776-1848.** Rio de Janeiro: Record, 2002.
- DEL PRIORE, Mary. **Mulheres no Brasil colonial.** São Paulo: Contexto, 2000.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.** São Paulo: Brasiliense, 1995.
- FEMENICK, Tomislav, R. **Os escravos: da escravidão Antiga a escravidão Moderna.** São Paulo: Cena Um, 2003.
- FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FOUCAULT, Michel. **Micro-física do poder.** São Paulo: Graal, 2007.
- FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala.** São Paulo: Global, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Sobrados e mucambos.** São Paulo: Global, 2003.
- GOMES, Heloisa Toller. **As marcas da escravidão: o negro e o discurso oitocentista no Brasil e nos Estados Unidos.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 1994.
- HOBSBAWM, Eric. J. **A era do capital: 1848-1875.** São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- HUNT, Lynn. (Org). **A Nova História Cultural.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- KARASCH, Mary. C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MOTT, Maria Lucia de Barros. **Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão.** São Paulo: Contexto, 1988.
- PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2001.
- SILVA, Eduardo e REIS, João José. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SCHWACZ, Lília Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: **História da vida privada no Brasil.** V4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.